



---

# Relatório Anual

## Societário e Regulatório

### 2018

---

**CERES - Cooperativa de Eletrificação**

**Rural de Resende Ltda.**

Rua Agulhas Negras 85, Montese

Resende- RJ CEP 27.541-040

CNPJ 31.465.487/0001-01

Inscrição Estadual 85.512.854

[www.ceres.coop.br](http://www.ceres.coop.br)

[presidência@ceres.coop.br](mailto:presidência@ceres.coop.br)

---



# Índice

Relatório da Administração (Societário) .....	5
Demonstrações Contábeis (Societário) .....	25
❖ Balanço Patrimonial Societário.....	26
❖ Demonstração do Resultado do Exercício Societário.....	29
❖ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário.....	33
❖ Demonstração do Fluxo de Caixa Societário.....	34
Notas Explicativas (Societário).....	36
Parecer do Conselho Fiscal Societário.....	73
Parecer dos Auditores Independentes Societário.....	77
Relatório da Administração (Regulatório).....	83
Demonstrações Contábeis (Regulatório).....	101
❖ Balanço Patrimonial Regulatório.....	102
❖ Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório.....	105
❖ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório.....	109
❖ Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório.....	110
Notas Explicativas (Regulatório) .....	112
Parecer do Conselho Fiscal Regulatório.....	153
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório .....	157



# **Relatório da Administração 2018**

## **(Societário)**



**Senhoras e Senhores Associados,**

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e Lei 5764/71 (Lei das Cooperativas), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.





## **Carta do Presidente**

A Permissionária CERES, fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, tornou-se ao longo desses 50 anos uma instituição forte e comprometida com a excelência no atendimento a seus consumidores.

Presta serviços de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende, Barra Mansa e Itatiaia, e ainda, em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

Com espírito de continuidade e preservação do desenvolvimento contínuo, completamos o ano de 2018 na busca por melhores resultados na entrega do serviço ao consumidor, primando diuturnamente por uma gestão moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Neste sentido, nossa Administração seguiu seu objetivo de transformação da CERES, com objetivo de obter o equilíbrio econômico-financeiro, bem como uma boa colocação na questão técnica, buscando adequar-se aos parâmetros dos indicadores de qualidade e continuidade da ANEEL.

Como resultado, obtivemos na data tempestiva nosso reajuste tarifário, bem como logramos êxito em questões judiciais que atravancavam nosso crescimento, especialmente por antigos processos fiscais, cujas provisões contábeis puxavam nosso resultado para o prejuízo e perdas.

Com a reestruturação jurídica de nossa Permissionária, bem como, com a reestruturação administrativa com as novas atribuições ao nosso Gerente, a CERES pode reconhecer contabilmente todos os efeitos dos anos de crise que passamos, e, tais reconhecimentos, acabaram por gerar resultados negativos, tanto no ato cooperado, como no ato não cooperado.

Tais reconhecimentos tiveram o conceito de legalidade e transparência, vitais para uma Empresa do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, possibilitam que nos próximos anos, possamos ter total foco na resolução destes casos, perseguindo o objetivo de levar a CERES a se tornar a melhor Permissionária do Brasil, o que certamente trará benefícios enormes aos seus associados.

Assim sendo, agradecemos à DEUS, aos Funcionários e Terceirizados, aos Auditores e Consultores Independentes, aos Cooperados e Consumidores, Órgão Regulador, Ministério das Minas e Energia e a todos os envolvidos no encerramento deste exercício! Feliz 2019 a todos!

**Moises Ismael Maciel**

**Presidente**



## **Carta do Contador**

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERES – Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2018, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A nossa Empresa, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica em contas analíticas divididas por assunto, e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, em tempos de crise, a informação gerada de forma tempestiva e clara, permite aos gestores da Empresa a tomada de decisão de forma ágil e certa, o que muito nos alegra em termos atingido essa meta.

Todo o resultado desta Prestação de Contas será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL, e, através de seu canal de divulgação, disponibilizado para todos os que desejarem verificar o resultado do exercício, bem como o resultado apresentado aos seus sócios cotistas.

Frisamos, ainda, nosso empenho no cumprimento Regulatório, uma vez que a ANEEL têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, REINF, EFD ICMS e IPI, EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições da Administração traçar as metas para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

**Elias de Oliveira Rodrigues**  
**Contador**  
**CRC-RJ-094000/O-3**



## Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 50 anos de existência.

Em 2018, o consumo de energia elétrica em comparação ao ano anterior teve uma redução em -0,36%, representando principalmente na classe residencial -0,34%, comercial -0,86 e iluminação pública -15,62, tendo acréscimo nos poderes públicos em 28,14%.

## Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 4.984 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de "Consumidor Livre".

**Ligação de consumidores** - foram realizadas, no ano, 83 novas ligações com destaque 72 residenciais, 6 comerciais, 2 rurais, e 3 (poderes públicos, iluminação pública e serviço público), totalizando 4.984 consumidores atendidos pela Outorgada, número 1,69% superior ao de 2017.

### **Número de Consumidores**

<b>Consumidores</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Residencial	3.335	3.436	3.601	3.707	3.843	4.028	4.100
Comercial	502	529	548	548	559	568	574
Industrial	5	5	4	4	4	4	4
Rural	267	271	275	273	273	274	276
Poderes Públicos	14	14	16	17	17	17	18
Iluminação Pública	8	8	8	8	8	9	9
Serviço Público	1	1	1	1	1	1	3
<b>Total</b>	<b>4.132</b>	<b>4.264</b>	<b>4.453</b>	<b>4.558</b>	<b>4.705</b>	<b>4.901</b>	<b>4.984</b>
<b>Varição</b>	<b>3,85%</b>	<b>3,19%</b>	<b>4,43%</b>	<b>2,36%</b>	<b>3,23%</b>	<b>4,17%</b>	<b>1,69%</b>

**Comportamento do mercado** - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 18,40 GWh (18,47 GWh em 2017), com decréscimo de -0,36%.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial com -3,59% e Comercial. -4,49%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

### Mercado Atendido

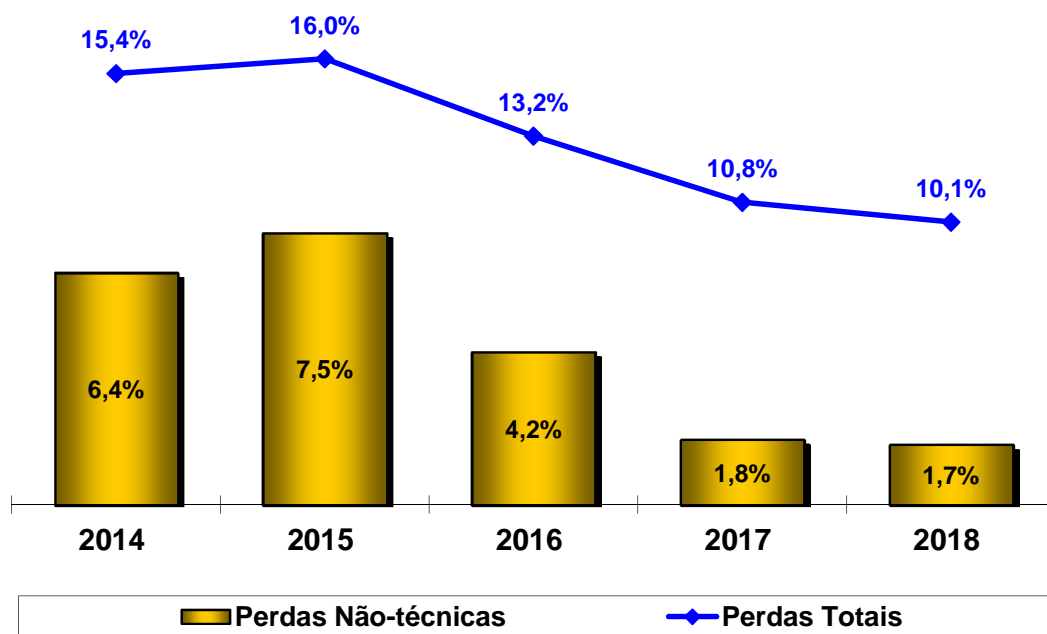
<b>Mercado Atendido - GWh</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Energia Faturada</b>	<b>15,74</b>	<b>17,37</b>	<b>18,79</b>	<b>18,00</b>	<b>18,47</b>	<b>18,40</b>
Fornecimento	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47	18,40
Residencial	6,17	6,94	7,74	7,46	7,78	7,75
Comercial	6,08	6,69	7,26	6,94	7,01	6,95
Industrial	0,19	0,18	0,20	0,18	0,22	0,23
Rural	1,75	1,91	1,94	1,79	1,82	1,96
Poderes Públicos	0,11	0,14	0,13	0,11	0,11	0,14
Iluminação Pública	1,43	1,50	1,51	1,53	1,53	1,29
Serviço Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15,74</b>	<b>17,37</b>	<b>18,79</b>	<b>18,00</b>	<b>18,47</b>	<b>18,40</b>
<b>Variação</b>	<b>#REF!</b>	<b>10,34%</b>	<b>8,17%</b>	<b>-4,23%</b>	<b>2,62%</b>	<b>-0,36%</b>

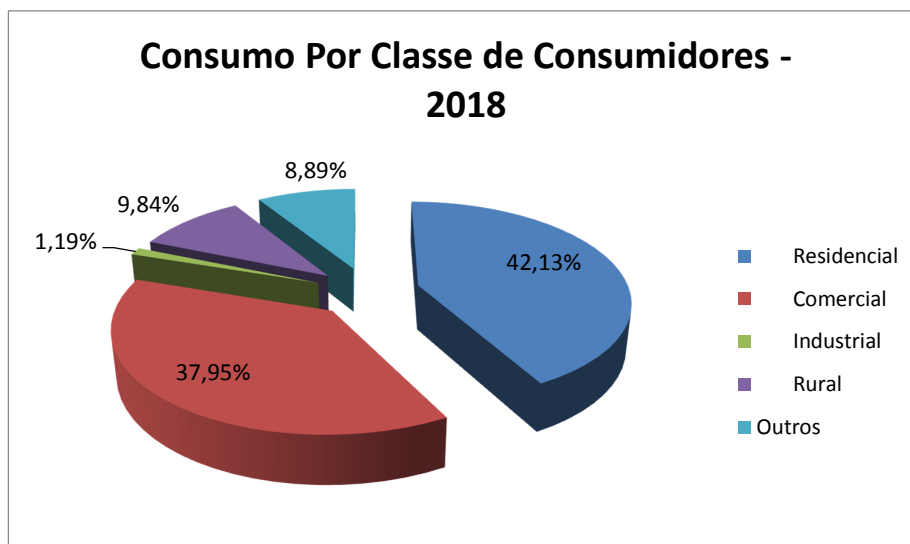
As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou queda de 7,59% em 2018, quando comparado com 2017.

### Balanco Energético

Tab 16

<b>Energia Requerida - GWh</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Venda de Energia	17,37	18,79	18,00	18,47	18,40
- Fornecimento	17,37	18,79	18,00	18,47	18,40
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>17,37</b>	<b>18,79</b>	<b>18,00</b>	<b>18,47</b>	<b>18,40</b>
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	3,17	3,57	2,73	2,24	2,07
Perdas Técnicas	1,84	1,88	1,86	1,87	1,73
Perdas não Técnicas - PNT	1,32	1,69	0,88	0,37	0,34
PNT / Energia Requerida %	6,4%	7,5%	4,2%	1,8%	1,7%
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>3,17</b>	<b>3,57</b>	<b>2,73</b>	<b>2,24</b>	<b>2,07</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>15,4%</b>	<b>16,0%</b>	<b>13,2%</b>	<b>10,8%</b>	<b>10,1%</b>
<b>Total</b>	<b>20,54</b>	<b>22,36</b>	<b>20,73</b>	<b>20,71</b>	<b>20,47</b>

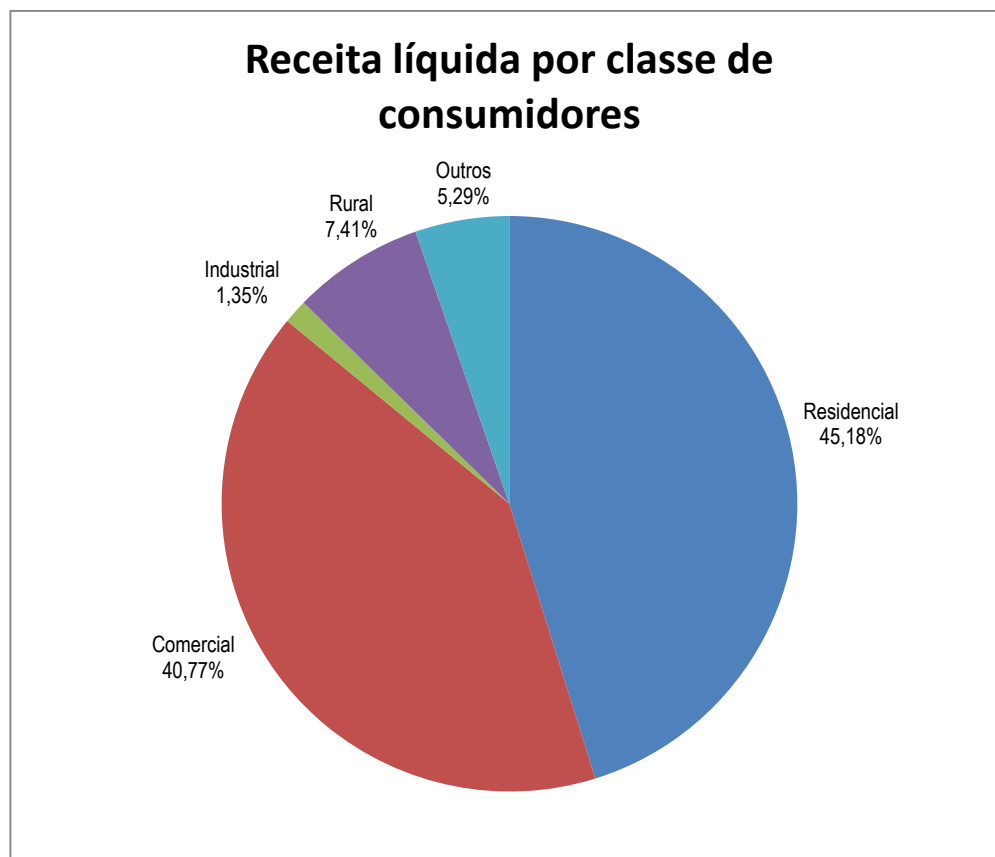




**Receita** - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS E BANDEIRAS, importou em R\$ 12.995,00 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2018	2017	%
Residencial	5.871,19	4.330,91	35,56%
Comercial	5.298,02	3.928,96	34,85%
Industrial	175,74	123,46	42,35%
Rural	962,41	655,85	46,74%
<b>Outros</b>	<b>687,64</b>	<b>516,01</b>	<b>33,26%</b>
Poderes Públicos	107,81	62,32	72,99%
Iluminação Pública	527,81	452,45	16,66%
Serviço Público	52,02	1,24	4.095,16%
<b>Total</b>	<b>12.995,00</b>	<b>9.555,19</b>	<b>36,00%</b>





**Número de consumidores** - O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,69 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

**Número de Consumidores**

CLASSE	2017	2018	VARIAÇÃO %
Residencial	4.028	4.100	1,79%
Comercial	568	574	1,06%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	274	276	0,73%
Poderes Públicos	17	18	5,88%
Iluminação Pública	9	9	0,00%
Serviço Público	1	3	200,00%
<b>Total</b>	<b>4.901</b>	<b>4.984</b>	<b>1,69%</b>

**Tarifas** - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, atingiu R\$ 620,56 /MWh, com aumento de 37,83% em relação ao ano de 2017.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.389 de 24/04/2018, As tarifas de aplicação da Ceres, constantes das Resoluções Homologatórias nº 2.360, de 19 de dezembro de 2017, ficam em média reajustadas em 10,37% (dez

virgula trinta e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	737,32
Comercial	653,30
Industrial	738,60
Rural	446,84

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,25228	0,43248	0,64872	0,72080

**Qualidade do fornecimento** - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87
2015	25,95	9,49	1,94
2016	24,18	10,03	1,93
2017	48,25	18,24	1,84
2018	43,10	19,16	2,07

**Atendimento ao consumidor** - A CERES, no ano de 2018, acompanhando a tecnologia, implantou o WhatsApp no COD – Centro de Operação da Distribuição. Este aplicativo visa a comunicação de falta de energia e serviços relacionados com a rede e no Setor Comercial, para atendimentos de emissão de segundas vias, pedidos de religações, inspeções e informações diversas, contribuindo dessa forma com a melhoria contínua de seus processos.

## **Tecnologia da informação**

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Quando o assunto é Tecnologia da Informação e Comunicação, estamos falando de uma área essencial, envolvida com grande parte dos processos. O compromisso estabelecido em anos anteriores de melhoria em transparência, infraestrutura e comunicação permanece.

No momento a Companhia busca estabelecer e monitorar indicadores de desempenho para o atendimento de chamados em vista de uma ampliação do atual Sistema. Foi iniciado um projeto para automatização em sua infraestrutura de call center e implantado em 2018.

## **Desempenho econômico-financeiro**

Em 2018, o resultado acumulado foi de R\$ (106,94) mil, contra o resultado de R\$ 63,79 mil em 2017, um decréscimo de 267,64%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ (106,94) mil

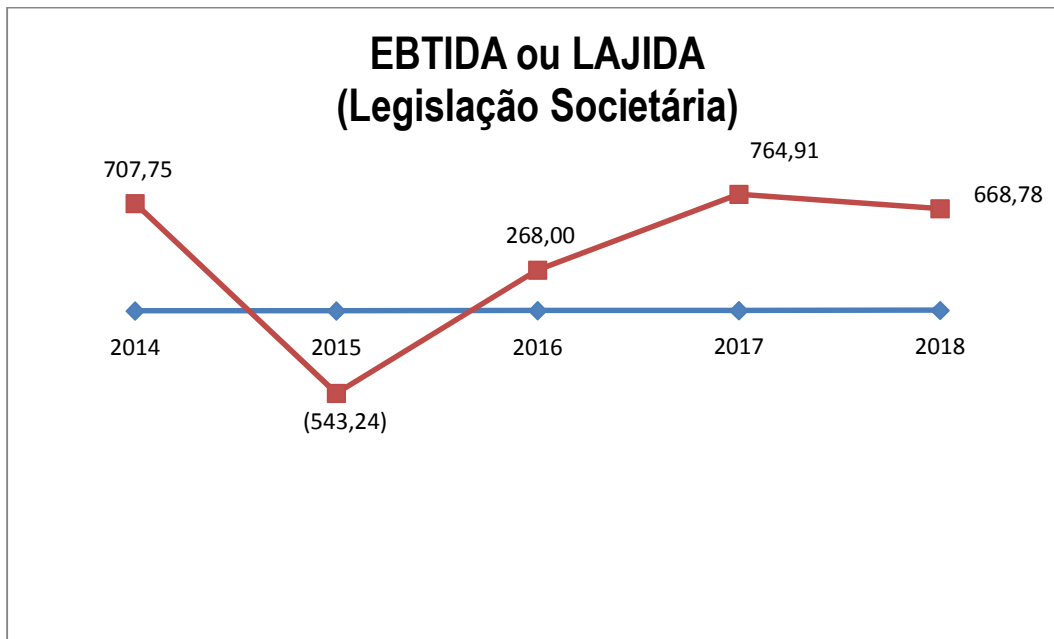
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ (313,87) mil

RESULTADO FISCAL: R\$ 77,40 mil , sendo a parte Não Cooperado (Base para impostos) R\$ 49,07 mil.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 12.757,77, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 8.903,71 mil.

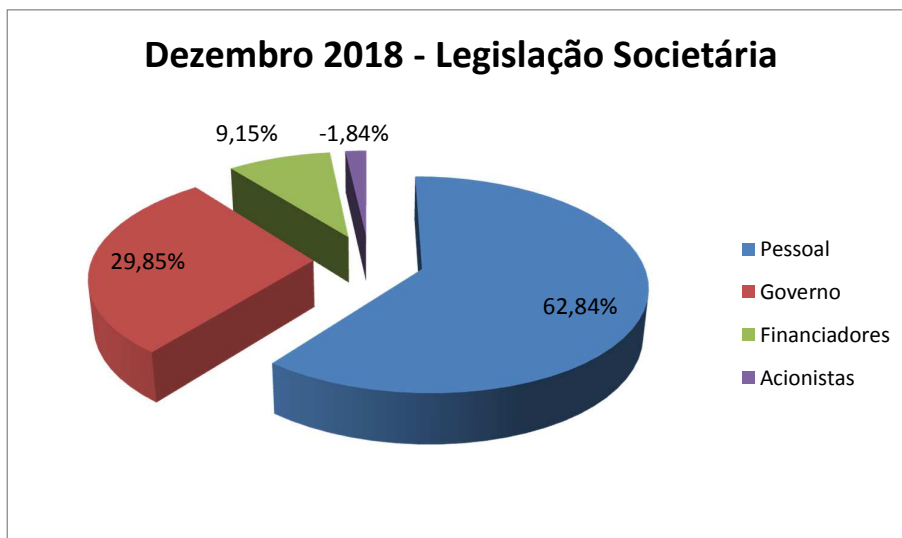
As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 11.875,54 mil, 56,04% superiores em relação à 2017, destacando-se os custos da energia comprada que tiveram um acréscimo de 163,52% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (0,20)% contra 9,85% em 2017.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 668,78 mil, inferior em 12,57% a 2017, que foi de R\$ 764,91 mil, conforme evolução abaixo:



**Investimentos:** Em 2018, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 647,19 mil, 48,49% inferiores em relação à 2017, dos quais R\$ 624,58 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição, e destes, R\$ 550,73 vinculados ao PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 2.029,77 mil.

**Valor adicionado societário:** Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 5.802,87 mil, representando 41,70% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos:** Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social não constituiu Reservas pois foram apuradas perdas no presente Exercício.

Neste sentido, as perdas apuradas foram cobertas parcialmente pela Reserva Legal e o saldo remanescente será destinado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 2019.

**Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,43 mil, composto por 63.429,62 mil de quotas, com valor nominal R\$0,01.

**Atendimento a associados:** Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

## **Gestão**

**Administração:** Durante o ano de 2018 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do Setor Elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

**Planejamento empresarial:** O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

**Gestão pela qualidade total:** Em 2018, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade, efetuam a transição para a nova norma ISO 9001:2015, desenvolvendo estudos e projetos das análises de riscos de acordo com a documentação do Sistema de gestão da Qualidade Ceres, mantendo a certificação emitida pela empresa BRTUV..

**Recursos humanos:** Em 2018 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

**Responsabilidade social:** Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

<b>Outorgada em números</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>
<b>Atendimento</b>			
Número de consumidores	4.984	4.901	1,69%
Número de empregados	39	40	-2,50%
Número de consumidores por empregado	128	123	3,90%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	2	2	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
<b>Mercado</b>			
Área de Permissao (Km <sup>2</sup> )	274,00	274,00	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	11,01	9,48	16,14%
Distribuição direta (GWh)	18,40	18,47	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	646.186	648.380	-0,34%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	620,56	450,98	37,60%
Total (exceto curto prazo)		0	0,00%
Residencial	737,32	530,60	38,96%
Comercial	653,3	504,34	29,54%
Industrial	738,60	537,00	37,54%

Rural	446,84	318,72	<b>40,20%</b>
Suprimento	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
DEC (horas)	43,10	48,25	<b>-10,67%</b>
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	15,66	15,48	<b>1,19%</b>
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,28	4,13	<b>3,54%</b>
FEC (número de interrupções)	19,16	18,24	<b>5,04%</b>
Número de reclamações por 1.000 consumidores	3,89	2,24	<b>73,66%</b>
<b>Operacionais</b>			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
Número de subestações	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
Linhas de distribuição (Km)	439,11	434,63	<b>1,03%</b>
Capacidade instalada (MW)	19,94	19,08	<b>4,51%</b>
<b>Financeiros</b>			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	13.915,72	10.010,89	<b>39,01%</b>
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.757,77	8.903,71	<b>43,29%</b>
Margem operacional do serviço líquida (%)	9,08%	12,44%	<b>-27,01%</b>
EBITDA OU LAJIDA	668,78	764,91	<b>-12,57%</b>
Lucro líquido (R\$ mil)	-106,94	63,79	<b>-267,64%</b>
Lucro líquido por mil cotas	-1,07	0,64	<b>-267,64%</b>
Patrimônio líquido (R\$ mil)	528,53	647,64	<b>-18,39%</b>
Valor patrimonial por cota R\$	5,29	6,48	<b>-18,39%</b>
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-20,23%	9,85%	<b>-305,42%</b>
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1820,68%	2059,29%	<b>-11,59%</b>
Em moeda nacional (%)	18,21	20,59	<b>-11,59%</b>
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
<b>Indicadores de Performance</b>			
Salário Médio dos Funcionários	2,93	2,59	<b>0,00%</b>
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	448,00	473,36	<b>0,00%</b>
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	3,51	3,86	<b>0,00%</b>
Retorno de ativos por unidade	0,26	0,30	<b>0,00%</b>

## Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos primeiramente à DEUS, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, aos Cooperados e Consumidores, aos nossos Consultores, Auditores e a todos que direta ou indiretamente nos prestaram o devido apoio no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERES. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão do exercício de 2018 da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Resende (RJ), 22 de abril de 2019.

A Administração



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2018

(SOCIETÁRIO)

CERES

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda  
 CNPJ no 31.465.487/0001-01  
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**Balanço Patrimonial**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativos</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.291,89</b>	<b>4.185,48</b>
Caixa e equivalentes de caixa	172,94	2,66
Consumidores	1.964,15	1.451,18
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	3,87	0,30
Tributos compensáveis	121,39	121,04
Depósitos judiciais e cauções	5,51	-
Almoxarifado operacional	101,60	99,82
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	485,79	1.199,76
Despesas pagas antecipadamente	17,61	18,60
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	419,03	1.292,12
<b>Ativos de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Bens destinados à alienação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>6.859,48</b>	<b>9.798,93</b>
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	139,60	139,60
Investimentos temporários	0,35	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	1,58

Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	2.640,49	5.918,62
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	0,35
Imobilizado	418,81	446,72
Intangível	3.660,23	3.292,06

<b>Total do ativo</b>	<b>10.151,37</b>	<b>13.984,41</b>
-----------------------	------------------	------------------

#### **Passivo**

<b>Passivo Circulante</b>	<b>6.148,87</b>	<b>5.581,08</b>
Fornecedores	4.068,21	1.699,03
Empréstimos, financiamentos e debêntures	341,04	730,39
Obrigações sociais e trabalhistas	377,94	857,36
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	334,38	631,54
Provisão para litígios	358,50	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	274,62	361,03
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	179,74	532,00
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	214,44	769,72
	-	-
<b>Passivos de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>3.473,97</b>	<b>7.755,69</b>
Fornecedores	1.051,28	2.199,71
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	247,86
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	476,53	3.735,22
Provisão para litígios	881,24	91,78
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-

Outros passivos não circulantes	-	450,96
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.064,92	1.030,16

<b>Total do passivo</b>	<b>9.622,84</b>	<b>13.336,78</b>
-------------------------	-----------------	------------------

<b>Patrimônio líquido</b>	<b>528,53</b>	<b>647,64</b>
Capital social	63,43	63,81
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
Adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	524,64	529,60
Sobras à disposição da Assembleia	(59,54)	54,22
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>528,53</b>	<b>647,64</b>
------------------------------------	---------------	---------------

<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>10.151,37</b>	<b>13.984,41</b>
---	------------------	------------------

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstração do Resultado do Exercício**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Operações em continuidade</b>		
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>13.915,72</b>	<b>10.010,89</b>
Fornecimento de energia elétrica	3.706,06	968,38
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.633,19	8.700,63
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(15,06)	(274,49)
Serviços cobráveis	39,01	45,05
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	505,57	330,43
Outras receitas	46,95	240,89
<b>Tributos</b>	<b>(156,13)</b>	<b>(106,23)</b>
ICMS	(0,25)	-
PIS-PASEP	(27,69)	(18,86)
Cofins	(128,19)	(87,37)
ISS	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(1.001,82)</b>	<b>(1.000,94)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(11,94)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(14,45)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(604,68)	(543,50)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(37,71)	(28,59)
Outros encargos	(359,43)	(402,46)

<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	<b>12.757,77</b>	<b>8.903,71</b>
---	------------------	-----------------

<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(6.002,59)</b>	<b>(2.277,83)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(6.002,59)	(2.277,83)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>6.755,18</b>	<b>6.625,88</b>
--	-----------------	-----------------

<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(5.792,18)</b>	<b>(5.513,97)</b>
Pessoal e administradores	(3.646,52)	(3.607,47)
Material	(262,50)	(341,94)
Serviços de terceiros	(627,44)	(635,61)
Arrendamento e aluguéis	(184,67)	(228,14)
Seguros	-	(0,71)
Doações, contribuições e subvenções	(22,64)	(18,51)
Provisões	(581,12)	9,77
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	64,38	56,33
Tributos	(31,82)	(23,48)
Depreciação e amortização	(288,05)	(282,63)
Gastos diversos	(292,57)	(260,33)
Outras Receitas Operacionais	270,42	14,85
Outras Despesas Operacionais	(189,65)	(196,09)

<b>Resultado da Atividade</b>	<b>963,00</b>	<b>1.111,92</b>
-------------------------------	---------------	-----------------

<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
---------------------------------	----------	----------

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.069,94)</b>	<b>(1.048,12)</b>
Despesas financeiras	(1.214,23)	(1.279,34)
Receitas financeiras	144,29	231,22

<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>(106,94)</b>	<b>63,79</b>
---	-----------------	--------------

<b>Despesa com impostos sobre os lucros</b>	<b>(11,78)</b>	<b>-</b>
---	----------------	----------

<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>	<b>(118,72)</b>	<b>63,79</b>
--	-----------------	--------------

<b>Operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
---------------------------------------	----------	----------

**Atribuível aos:**

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

<b>Lucro por ação</b>	<b>(1,84)</b>	<b>1,00</b>
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(1,84)	1,00
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	-	-
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	-	-
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-



Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda  
CNPJ no 31.465.487/0001-01  
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

**DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>63,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(292,21)</b>	<b>520,03</b>	<b>(334,08)</b>	<b>-</b>	<b>(42,45)</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	292,21	-	334,08	-	626,29
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	54,22	-	54,22
Reserva legal	-	-	-	-	-	6,38	-	-	6,38
FATES	-	-	-	-	-	3,19	-	-	3,19
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>529,60</b>	<b>54,22</b>	<b>-</b>	<b>647,63</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(0,38)	-	-	-	-	-	-	-	(0,38)
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	147,06	-	(147,06)	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	(147,06)	-	28,34	-	(118,72)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(6,38)	6,38	-	-
FATES	-	-	-	-	-	1,42	(1,42)	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>63,43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>524,64</b>	<b>(59,54)</b>	<b>-</b>	<b>528,53</b>

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda  
CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)  
(Método Direto)

Notas	Notas	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>1.305,40</b>	<b>1.243,47</b>
1	Fornecimento de Energia	12.661,96	9.094,93
2	Suprimento de Energia	-	-
3	TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
4	Suprimento a Concessionárias	-	-
5	Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
6	Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
7	Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	-	-
8	Outros Recebimentos Operacionais	1.057,80	201,89
9	Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.889,08)	(1.852,47)
10	Fornecedores - Energia Elétrica	(4.972,63)	(1.611,21)
11	Salários e Encargos Sociais	(2.939,06)	(2.705,63)
12	Tributos sobre a Receita - Federais	(795,55)	(254,85)
13	Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(85,24)	(30,57)
14	Tributos sobre o Lucro ( IRPJ / CSLL )		(44,80)
15	Encargos de Transmissão	-	-
16	Demais Encargos Regulatórios	(1.088,35)	(879,28)
17	Outras Despesas Operacionais	(644,45)	(674,54)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(180,55)</b>	<b>(165,21)</b>
18	Aquisição de Participações Societárias	-	-
19	Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
20	Investimentos	-	-

2	Imobilizado	(180,55)	(167,24)
1			
2	Intangível	-	-
2			
2	Participação Financeira do Consumidor	-	-
3			
2	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
4			
2	Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
5			
2	Proventos Recebidos	-	2,03
6			
	<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>1.124,85</b>	<b>1.078,26</b>
	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(954,57)</b>	<b>(1.081,85)</b>
2	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	150,43	1.241,09
7			
2	Empréstimos e Financiamentos Pagos	(1.105,00)	(2.322,94)
8			
2	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos		
9			
3	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
0			
3	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
1			
3	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
2			
3	Integralização de Capital		
3			
	<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>170,28</b>	<b>(3,59)</b>
	<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>170,28</b>	<b>(3,59)</b>
	<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>170,28</b>	<b>(3,59)</b>
	<b>No início do exercício</b>	<b>2,66</b>	<b>6,25</b>
	<b>No fim do exercício</b>	<b>172,94</b>	<b>2,66</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**2018**

**(SOCIETÁRIO)**

**CERES**

## **Notas Explicativas Societárias**

### **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

#### **DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS:**

CERES – COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

SFF – Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira

#### **1. Contexto Operacional**

A CERES é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

#### **2. Das Permissões**

A CERES detém concessão válida até o ano de 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica na área de concessão compreendida nos municípios de Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Resende e Barra Mansa, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, conforme contrato de Permissão No 010/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2018), possuímos 4.984 consumidores divididos em 78,55% de consumidores urbanos e 21,45% de consumidores rurais. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 20/06/2028.

Conforme MP 466, foi emendado o art. 23 da lei 9074/1995 o seguinte texto: “§ 3o As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural pelo prazo de até 30(trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente”. A CERES vem

buscando junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aditivo contratual para a Concessão do prazo acima.

### **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4357/2017. Para o presente exercício contábil a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal “Gestão de dados e normatização contábil”.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 2.951,54 mil e para Ativos Financeiros de R\$ 2.580,85 mil.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERES, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2018, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 485,79 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 179,74 R\$/MIL

#### **4. Principais Práticas Contábeis**

##### **. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

##### **. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.**

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2018, contabilizado com base no regime de competência.

##### **. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

##### **. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

#### **. Investimentos**

A CERES não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

#### **. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de maio/2016. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

#### **. Imposto de renda diferido.**

A CERES não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2018 ou anterior.

#### **. Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERES não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

#### **. Apuração do resultado.**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

#### **. Outros direitos e obrigações.**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes (longo prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

#### **. Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo



não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

#### **5. Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários**

A CERES possui o montante de R\$/MIL 0,35 em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	<u>Legislação societária</u>	
				2018	2017
SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ	Título			0,35	0,00
<b>Total</b>				<b>0,35</b>	<b>0,00</b>

#### **6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2018 e 2017, estão assim elencados, a seguir:

	<u>Legislação societária</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Consumidores</b>		
Faturados	13.247,60	9.709,29
Não faturados	165,91	8,42
(-) PCLD	-15,40	-13,70
<b>Subtotal</b>	<b><u>13.398,11</u></b>	<b><u>9.704,01</u></b>
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do MAE	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>0,00</u></b>
<b>Total</b>	<b><u><u>13.398,11</u></u></b>	<b><u><u>9.704,01</u></u></b>

Composição das Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2018	Total 2017
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	1.436,89	-	364,51	18,14	38,14	575,62	(637,51)	40,81	-	-	-	(4,22)	1.832,38	1.421,00
Residencial	476,33	-	181,20	7,35	16,02	28,36	(52,71)	20,80	-	-	-	(4,22)	673,13	559,60
Industrial	18,23	-	10,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28,62	14,93
Comercial	508,88	-	120,34	9,88	21,42	90,79	(112,37)	10,46	-	-	-	-	649,40	547,27
Rural	133,52	-	13,35	0,84	0,70	0,46	(0,46)	1,55	-	-	-	-	149,96	72,37
Poderes Públicos	6,45	-	8,19	-	-	3,00	(3,04)	8,00	-	-	-	-	22,60	14,70
Iluminação Pública	24,99	-	26,03	0,07	-	452,83	(466,99)	-	-	-	-	-	36,93	113,96
Serviço Público	3,42	-	5,01	-	-	0,18	(0,18)	-	-	-	-	-	8,43	0,31
Serviço Taxado	7,52	-	-	-	-	-	(1,76)	-	-	-	-	-	5,76	6,23
Fornecimento Não Faturado	257,55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257,55	91,64
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.436,89</b>	<b>-</b>	<b>364,51</b>	<b>18,14</b>	<b>38,14</b>	<b>575,62</b>	<b>(637,51)</b>	<b>40,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4,22)</b>	<b>1.832,38</b>	<b>1.421,00</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

- A Provisão para Devedores Duvidosos em 2018 (R\$ 637,51/reais mil) reduziu em 0,09% em relação ao ano de 2017 (R\$ 638,08/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a serem reembolsados pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2018, importavam em: 73,58 R\$/MIL.

## **7. Imobilizado**

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2018	2017
Em Serviço Societário	418,82	446,72
Em Curso Societário	0,00	0,00
Ativo Financeiro da Concessão	2.580,85	2.650,21
Ativo Intangível da Concessão	2.964,31	2.643,10
Ativo Intangível em Curso	695,91	648,96
Reavaliação Regulatória Compulsória	2.419,24	2.699,51
<b>Sob Total</b>	<b>9.079,14</b>	<b>9.088,50</b>
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-1.064,92	-1.030,16
<b>Sub Total</b>	<b>-1.064,92</b>	<b>-1.030,16</b>
<b>Total</b>	<b>8.014,22</b>	<b>8.058,34</b>
<b>Ativo Imobilizado Societário</b>	<b>418,82</b>	<b>446,72</b>
<b>Ativo Imobilizado Regulatório</b>	<b>9.079,14</b>	<b>9.088,50</b>

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

## Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços público conforme abaixo:

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
<b>Intangíveis</b>				
Em Serviço	3.189,22	-224,91	2.964,31	2.643,10
Em Curso	695,91		695,91	648,96
<b>Total</b>	<b>3.885,14</b>	<b>-224,91</b>	<b>3.660,23</b>	<b>3.292,06</b>

## 8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2018, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortizacáo	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.199,76</b>	<b>69,01</b>	<b>(1.595,41)</b>	<b>2,62</b>	<b>809,82</b>	<b>485,80</b>	<b>414,17</b>	<b>71,63</b>	<b>485,80</b>	<b>-</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	37,65	69,01	(17,12)	2,62	(20,53)	71,63	-	71,63	71,63	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	504,53	-	(229,33)	-	(275,20)	-	-	-	-	-
Outros	657,58	-	(1.348,96)	-	1.105,55	414,17	414,17	-	414,17	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.199,76</b>	<b>69,01</b>	<b>(1.595,41)</b>	<b>2,62</b>	<b>809,82</b>	<b>485,80</b>	<b>414,17</b>	<b>71,63</b>	<b>485,80</b>	<b>-</b>

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortizacáo	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>532,00</b>	<b>69,95</b>	<b>(535,53)</b>	<b>11,93</b>	<b>101,39</b>	<b>179,74</b>	<b>97,85</b>	<b>81,89</b>	<b>179,74</b>	<b>-</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	383,63	69,95	(197,68)	11,93	(178,18)	89,65	7,76	81,89	89,65	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	148,37	-	(337,85)	-	279,57	90,09	90,09	-	90,09	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>532,00</b>	<b>69,95</b>	<b>(535,53)</b>	<b>11,93</b>	<b>101,39</b>	<b>179,74</b>	<b>97,85</b>	<b>81,89</b>	<b>179,74</b>	<b>-</b>

## 9. Fornecedores

	Legislação societária	
	2018	2017
ENEL RIO	3.828,10	1.546,67
PROINFA	0,00	0,00
<b>Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica</b>	<b>3.828,10</b>	<b>1.546,66</b>
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Materiais e Serviços	240,11	152,37
<b>Sub Total - Materiais e Serviços</b>	<b>240,11</b>	<b>152,37</b>
<b>Total</b>	<b>4.068,21</b>	<b>1.699,03</b>

## 10. Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo				
	Principal	Circulante Encargos	Prazo Principal	Total 2018	Total 2017
<b>Moeda estrangeira</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Moeda Nacional</b>					
Transferência Provisória de Encargos	-138,28	0,00	0,00	-138,28	0,00
Parcelamento Banco Itaú	27,7	0,00	0,00	27,70	59,67
Empréstimo Capital de Giro 12050 - Banco Santander	182,41	0,00	0,00	182,41	251,06
Empréstimo SICRED Vanguarda PR/SP/RJ (B67930327-6)	268,78	0,00	0,00	268,78	73,50
Cheque Especial Banco Santander - C/C 13.000617-4	0,43	0,00	0,00	0,43	0,00
Empréstimo Banco Sicredi Vanguarda Pr/Sp/Rj (B57530161)	0,00	0,00	0,00	0,00	476,80
<b>Total</b>	<b>479,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>479,32</b>	<b>861,03</b>

	Legislação Societária		Moeda Estrangeira	
	Moeda Nacional CP	LP	CP	LP
Mutação de Empréstimos e Financiamentos				
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	-780,87	-861,04	0,00	0,00
Ingressos	-6.154,44	-2.330,59	0,00	0,00
Encargos			0,00	0,00
Variação monetária e cambial			0,00	0,00
Transferencia			0,00	0,00
Amortizações	6.204,92	2.943,77		
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	-730,39	-247,86	0,00	0,00
Ingressos	-6.725,69	-821,06	0,00	0,00
Encargos	-138,28		0,00	0,00
Variação monetária e cambial			0,00	0,00
Transferência			0,00	0,00

Ajustes saldo negativo				
Amortizações	7.115,04	1.068,92		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	-479,32	0,00	0,00	0,00

## 11. Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2018 e 2017.

	<b>2018</b>	<b>2016</b>
Taxa de fiscalização – ANEEL	37,71	28,59
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	604,68	543,50
Bandeiras Tarifárias	239,40	8,43
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	11,94
PEE - Plano de Eficiência Energética	0,00	14,45
<b>Total</b>	<b>881,79</b>	<b>580,52</b>

## 12. Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERES não possui créditos referentes a tributos e contribuições Sociais no Longo Prazo referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado, uma vez que, sendo dispensada pela Lei Estadual dedicada às Cooperativas de Eletrificação, não tributa ICMS ao seu consumidor final.

Possui, contudo, Passivo tributário à Longo Prazo, referente a INSS parcelado que, em 31/12/2018 importava em R\$/mil 476,53.

## 13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERES no exercício de 2018 e anteriores.



## 14. Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2018			2017		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
<b>Trabalhistas</b>						
Plano						
Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	<u>336,28</u>	<u>388,73</u>	<u>388,73</u>	<u>0,00</u>	<u>52,45</u>	<u>52,45</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>336,28</u></b>	<b><u>388,73</u></b>	<b><u>388,73</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>52,45</u></b>	<b><u>52,45</u></b>
<b>Cíveis</b>						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	<u>789,58</u>	<u>823,42</u>	<u>823,42</u>	<u>3,87</u>	<u>33,84</u>	<u>33,84</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>789,58</u></b>	<b><u>823,42</u></b>	<b><u>823,42</u></b>	<b><u>3,87</u></b>	<b><u>33,84</u></b>	<b><u>33,84</u></b>
<b>Outros</b>						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	<u>22,10</u>	<u>27,60</u>	<u>27,60</u>	<u>0,00</u>	<u>5,50</u>	<u>5,50</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>22,10</u></b>	<b><u>27,60</u></b>	<b><u>27,60</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>5,50</u></b>	<b><u>5,50</u></b>
<b>Fiscais</b>						

Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<b>Subtotal</b>	<u><b>0,00</b></u>	<u><b>0,00</b></u>	<u><b>0,00</b></u>	<u><b>0,00</b></u>	<u><b>0,00</b></u>	<u><b>0,00</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>1147,96</b></u>	<u><b>1239,75</b></u>	<u><b>1239,75</b></u>	<u><b>3,87</b></u>	<u><b>91,79</b></u>	<u><b>91,79</b></u>

- **Contingências Trabalhistas**

Ocorreram provisões de contingências trabalhista no exercício de R\$ 466,22 mil e baixas no valor de R\$ 129,94 mil e saldo de R\$ 388,72 mil.

- **Contingências Fiscais**

Não ocorreu provisão de contingências fiscais no exercício de 2018.

- **Contingências Cíveis**

Ocorreram provisões no exercício de R\$ 813,71 mil e baixas valor de R\$ 24,14 mil e saldo de R\$ 823,42 mil.

- **Outras Contingências**

Ocorreram provisões de outras contingências no exercício de R\$ 22,10 e saldo de R\$ 27,60 mil.

## 15. Patrimônio Líquido

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63.429,62 (Reais/mil), composto por 6.342.962 quotas com valor nominal conforme quadro a seguir, vejamos:

<b>CONSELHO ADMINISTRATIVO 2018</b>
-------------------------------------

<b>NOME</b>	<b>Nº DE QUOTAS</b>	<b>Percentual s/Capital</b>
Moisés Ismael Maciel	1000	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	1000	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	1000	0,02%
Walbia Ferreira da Luz	3000	0,05%
Magno Lopes Pestana	2500	0,04%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	1000	0,02%
José Fernando de Faria	2500	0,04%
<b>Sub total</b>	<b>12000</b>	<b>0,19%</b>
<b>CONSELHO FISCAL 2018</b>		
<b>NOME</b>	<b>Nº DE QUOTAS</b>	<b>Percentual s/Capital</b>
Vera Lúcia Miranda Assis Queiroz	3000	0,05%
Anísio Rodrigues da Costa	1500	0,02%
Vander Leite Gomes	1000	0,02%
Hermes Lima Klug	1500	0,02%
Agnaldo Timóteo da Conceição Santana	1000	0,02%
José Donizete de Oliveira	1000	0,02%
<b>Sub Total</b>	<b>9000</b>	<b>0,14%</b>
<b>DEMAIS COOPERADOS 2018</b>		
Demais Cooperados Totalizando 2.860 Cotistas	6.321.962	99,67%
<b>Total geral</b>	<b>6.342.962</b>	<b>100,00%</b>

### **Reserva de Capital e Reserva de Lucros**

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

## Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2018	2017
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total da Reserva de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Reservas de Sobras

	Legislação Societária	
	2018	2017
Reserva legal	0,00	6,38
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	524,64	523,22
Reservas Estatutárias	0,00	0,00
	<b>524,64</b>	<b>529,60</b>
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	-59,54	54,22
Capital social	63,43	63,81
<b>Sub Total</b>	<b>3,89</b>	<b>118,03</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>528,53</b>	<b>647,63</b>

## Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2018 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

## 16. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2018 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio e capitalização das sobras.

## 17. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>4.984</b>	<b>4.901</b>	<b>18.401,59</b>	<b>18.468,17</b>	<b>13.247,60</b>	<b>9.709,29</b>
Residencial	4.100	4.028	7.754,23	7.780,57	5.960,57	4.376,05
Industrial	4	4	232,12	220,51	180,35	126,80
Comercial	574	568	6.947,81	7.008,12	5.393,18	3.999,97
Rural	276	274	1.955,05	1.816,52	999,79	670,92
Poder público	18	17	142,953	111,56	111,90	64,68
Iluminação pública	9	9	1.289,56	1.528,30	547,81	469,58
Serviço público	3	1	79,873	2,59	54,00	1,29
<b>Suprimento Faturado</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	-	-	-	-	<b>9.633,19</b>	<b>8.700,63</b>

**OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS.**

**Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.**

## 18. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2018 e 2017 a CERES não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

## 19. Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2018	2017	Reais Mil	
			2018	2017
ENEL RIO	18.259,73	18.311,53	5.858,35	2.132,53
PROINFA	395,88	626,09	144,24	145,30
<b>Total</b>	<b>18.655,61</b>	<b>18.937,62</b>	<b>6.002,59</b>	<b>2.277,83</b>

## 20. Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação societária		Legislação societária	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Despesas		Despesas		Despesas	
	Com vendas		Operacionais		Gerais	
<b>Pessoal</b>						
Remunerações	-	-	1.896,08	1.778,64	-	-
Encargos Sociais	-	-	734,26	816,18	-	-
Auxílio alimentação	-	-	107,06	91,08	-	-
Indenizações (Rescisões)	-	-	117,10	39,39	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências para imobilização em curso	-	-	- 219,02	- 25,17	-	-
Auxílio estudante	-	-	7,06	6,88	-	-
Outros benefícios	-	-	303,60	229,45	-	-
<b>Total Pessoal</b>	-	-	<b>2.946,14</b>	<b>2.936,45</b>	-	-
<b>Material</b>	-	-	<b>263,90</b>	<b>341,94</b>	-	-
<b>Serviços de Terceiros</b>	-	-	<b>630,05</b>	<b>635,61</b>	-	-
<b>Arrendam. e Aluguéis</b>	-	-	<b>184,67</b>	<b>228,14</b>	-	-
<b>Deprec. e Amortização</b>	-	-	<b>288,05</b>	<b>282,63</b>	-	-
<b>Provisões</b>	-	-	<b>581,11</b>	<b>- 9,77</b>	-	-
Provisões (PDD)	-	-	- 15,40	- 13,70	-	-
Outras provisões	-	-	596,51	3,93	-	-
<b>Outras</b>						
Energia comprada para revenda	-	-	6.002,59	2.277,83	-	-
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	31,82	23,48	-	-
Outras	-	-	947,21	894,24	-	-
<b>Total Outras</b>	-	-	<b>6.981,62</b>	<b>3.195,55</b>	-	-
<b>Total Geral</b>	-	-	<b>11.875,54</b>	<b>7.610,55</b>	-	-

## 21. Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação societária						
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2018	2017
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	1.214,23	0,00	0,00	1.214,23	1.279,34
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Líquido apropriado no exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.214,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.214,23</b>	<b>1.279,34</b>
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Líquido apropriado no exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.214,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.214,23</b>	<b>1.279,34</b>

## 22. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	<b>Legislação societária</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Sobras (Perdas) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>106,94</b>	<b>(152,87)</b>
<b>Ajustes Lalur</b>	(156,01)	(114,17)
<b>Base de Calculo Fiscal (Parte não Cooperados)</b>	<b>(49,07)</b>	<b>(267,04)</b>
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-11,78	0,00
<b>Efeitos Fiscais Sobre:</b>		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado</b>	<b>-11,78</b>	<b>0,00</b>

### **23. Participação nos Resultados**

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2018.

### **24. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados**

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERES como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e Vale Alimentação.

### **25. Transações com Partes Relacionadas**

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2018 e 2017. A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:



	legislação societária	
	2018	2017
Remuneração	495,42	557,99
Previdência Social	99,08	111,60
<b>Total</b>	<b>594,51</b>	<b>669,59</b>

## 26. Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2018 e 2017, exceção de utilização de limites de cheque especial e financiamentos de capital de giro já descritos na Nota Explicativa Empréstimos e Financiamentos.

## 27. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

A CERES aderiu aos seguintes parcelamentos de INSS:

- Parcelamento Simplificado INSS-RFB 2017

Valor: R\$/mil 158,98 – Saldo a pagar em 31/12/2018: R\$/mil: 76,05

- Parcelamento Previdenciário - 19/09/2017

Valor: R\$/mil 258,89 – Saldo a pagar em 31/12/2018: R\$/mil 109,37

## 28. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Vlr segurado</u>	<u>Prêmio</u>
Seguro Capital de Giro	24/03/2016 a 24/03/2019	439,44	18,98

## **29. Eventos Subsequentes**

### **29.1 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)**

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2018:

Limites Regulatórios: DEC: 27 FEC 12

Realizado: DEC 43,10 e FEC 19,16

Para o ano de 2019, nossos limites Regulatórios são:

DEC 26 FEC 11

Continuaremos perseguindo as metas estipuladas pela ANEEL para oferecer o melhor atendimento ao nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

### **29.2 Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018**

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERES;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERES;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;
- d) etc.

Em 2019 os efeitos deste decreto já trarão impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

## 29.2 Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERES, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERES uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

## 29.3 Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2018 a CERES contabilizou 10,01% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 5,20%. Durante o ano de 2019, a CERES continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

## 30. Balanço Social

### Recursos Humanos

Em 2018, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004). Esse curso foi inclusivo, trazendo, além de nossos colaboradores, pessoas da comunidade que precisavam realizar este curso.

Mantém convênios com Planos de Saúde e Odontológicos.

### Responsabilidade Social

**Alimentação:** A CERES distribui mensalmente um vale alimentação para todos os funcionários.

1 - Base de cálculo	2018		2017	
		R\$ mil		R\$ mil
Receita Líquida (RL)		12.710,82		8.903,71

Lucro Operacional (LO)			756,08			1.111,92
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.646,51			3.607,47
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>FPB</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>FPB</b>	<b>RL</b>
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	107,06	2,94%	0,84%	91,09	2,53%	1,02%
Encargos sociais compulsórios	734,26	20,14%	5,78%	927,78	25,72%	10,42%
Entidade de previdência privada		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	171,16	4,69%	1,35%	119,24	3,31%	1,34%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	-	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	-	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	13,56	0,37%	0,11%	0,00	0,00%	0,00%
Auxílio creche	-	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	-	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte	36,31	1,00%	0,29%	41,06	1,14%	0,46%
<b>Total</b>	<b>1.062,36</b>	<b>29,13%</b>	<b>8,36%</b>	<b>53,26</b>	<b>1,48%</b>	<b>0,60%</b>
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>LO</b>	<b>RL</b>	<b>1.232,43</b>	<b>LO</b>	<b>RL</b>
Educação - Programa Luz das Letras	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Doações e contribuições	10,30	-1,36%	0,08%	18,51	1,66%	0,21%
Total de contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Tributos - excluídos encargos sociais	43,60	-5,77%	0,34%	129,71	11,67%	1,46%
<b>Total</b>	<b>53,90</b>	<b>-7,13%</b>	<b>0,42%</b>	<b>148,22</b>	<b>13,3%</b>	<b>1,7%</b>
<b>4 - Indicadores ambientais</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>LO</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>LO</b>	<b>RL</b>
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Relacionamento com a operação da empresa</b>	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa Social de Eletricidade Rural	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente (PEE)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (P&D)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%

Universidade Livre do Meio Ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Material de Expediente Ecológico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

			2018	2017
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>			<b>em unidades</b>	<b>em unidades</b>
Empregados no final do período			39,00	40
<b>Escolaridade dos empregados</b>				
Superior e extensão universitária			6,00	4
2ª grau			26,00	29
1ª grau			7,00	7
<b>Faixa etária dos empregados</b>				
Abaixo de 30 anos			8,00	6
De 30 até 45 anos (exclusive)			12,00	11
Acima de 45 anos			19,00	23
Admissões durante o período			5,00	4
Mulheres que trabalham na empresa			17,00	17
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres			17,64	11,76
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes			75,00	66,66
Negros que trabalham na empresa			8	8
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros			12,50	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes			25,00	-
Portadores de deficiência física				
Dependentes			87	76
Estagiários				
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			<b>7,20</b>	<b>7,18</b>
Maior Remuneração			<b>9,51</b>	<b>9,06</b>
Menor Remuneração			<b>1,32</b>	<b>1,26</b>
Acidentes de trabalho			1	1

## 31. Análise Econômico-Financeira

### 31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERES, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, sendo que, ao término do exercício de 2018, auferimos os seguintes resultados:

**Receita Anual** – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 12.757,77 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 43,29 % que foi de R\$ 8.903,71 (Reais/mil).

**Número de Consumidores** – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2018 foram de 4.984, já em 2017 foi de 4.901 ocasionando um aumento de 1,69% em relação ao ano anterior.

**Despesas com Pessoal** – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2018 importou em R\$ 3.646,51 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 3.607,47 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 1,08% em relação ao ano anterior.

**Receita (Despesa) Financeira** – O Resultado Financeiro no exercício de 2018, importou em R\$ 1.069,94 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2017, houve um Resultado Financeiro R\$ (1.048,12) (Reais/mil).

### 31.2 Análise Econômico-Financeira

COEFICIENTES		FÓRMULA	UNIDADE	2018	2017
<b>1. LIQUIDEZ</b>					
	Corrente ou Comum	AC/PC	R\$	0,54	0,75
	Seca	(AC-E)/PC	R\$	0,45	0,73
	Absoluta	AD/PC	R\$	0,03	0,00
	Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	R\$	1,05	1,05
<b>2. LUCRATIVIDADE</b>					
	Bruta s/ Vendas	(LB/VB) x 100	%	-0,81	0,64
	Operacional s/ Vendas	(LO/VB) x 100	%	7,27	11,11
	Líquida s/ Vendas	(LL/VB) x 100	%	-0,01	0,64
	Líquida s/ Capital	(LL/CS) x 100	%	-1,84	99,97
	Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL/PL) x 100	%	-22,46	9,85
<b>3. RENTABILIDADE</b>					

	Retorno Líquido s/ Investimentos	$(LL/AT) \times 100$	%	-1,20	0,46
<b>4. ENDIVIDAMENTO</b>					
	Recursos de terceiros no Investimento	$[(PC+ELP-ADC)/AT] \times 100$	%	94,79	95,37
	Recursos Próprios no Investimento	$[(PL+REF+ADC)/AT] \times 100$	%	5,21	4,63
<b>5. INVESTIMENTOS</b>					
	Capital Fixo Aplicado	$(AP/AT) \times 100$	%	40,18	26,74
	Capital de Risco Aplicado	$[(AC+RLP)/AT] \times 100$	%	100,00	100,00
<b>6. GARANTIAS</b>					
	Reais s/ Capital	$(IM/CS) \times 100$	%	5.257,01	700,08
	Totais s/ Capital	$(AP/CS) \times 100$	%	6.338,38	5.859,24
<b>7. CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO</b>		$(AC-PC)/1.000$	R\$	-28,57	-1,40

### Valores Expresso em Reais Mil

#### \* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

**OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.**

### 32. Créditos Fiscais

IRPJ	5,61
CSLL	6,26
PIS	0,49
COFINS	2,23
INSS	3,27
REFIS	103,43
FGTS	0,06
ISS	0,04
<b>Total</b>	<b>121,39</b>

A CERES possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

### **33. Informações de Natureza Social e Ambiental**

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERES, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido feito o serviço de “Poda de Árvores” que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

### **34. Energia Livre**

A CERES, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a ENEL RIO, conforme instruções do Órgão Regulador.

### **35. ICMS sob Subvenção Baixa Renda**

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores classificados na classe Residencial Baixa Renda.

### **36. Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)**

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2018 na CERES

### **37. Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo - Fato Relevante**



Aconteceu em 25 de abril de 2017 o processo da segunda revisão tarifária da CERES por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.228 e houve também o reajuste tarifário por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.360 de 19/12/2017, reajustando as tarifas constantes das Resoluções Homologatórias nº 1.946 e nº 2.024, de 1º de setembro de 2015 e de 15 de março de 2016, ficando em média reajustadas em 30,97% (trinta vírgula noventa e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. De forma atípica a presente revisão ocorreu intempestivamente, uma vez que o processo ficou aguardando a negociação com a Supridora da CERES, que veio se concretizar em 2017, e, por essa razão, aconteceram acumuladamente o reajuste de 2015, revisão de 2016 e reajuste de 2017. No presente exercício de 2018, as questões tarifárias ocorreram de forma tempestiva.

### 38. Ganhos Contingentes

A CERES não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

### 39. Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2228, de 25/04/2017, quando atualizadas pelo IRT 2018 (Índice de Reajuste Tarifário de 2018), apresentar-se-ia da seguinte forma:

Componentes do Investimento Remunerável	R\$ mil	
	Revisao 2017 c/retroatividade	IRT 2018
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	70.097,95	69.862,57
b) (-) Depreciação Acumulada	-27.328,95	-27.237,19
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	0,00	0,00
<b>d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido</b>	<b>42.769,00</b>	<b>42.625,38</b>
e) (+) Almojarifado	210,29	209,59
<b>f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)</b>	<b>42.979,29</b>	<b>42.834,97</b>
		0,00

<b>h) = Investimento total Remunerável na tarifa</b>	<b>42.979,29</b>	42.834,97
i) Bens 100% depreciados	4.472,75	4.457,73
j) Variação do IPCA (líquido fator X)		-0,34%
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4%	2.625,01	2.616,19

#### 40. Reajuste Tarifário

Aconteceu em 24 de abril de 2018 o processo do IRT 2018, Índice de Reajuste Tarifário - 2018 da CERES por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.389, reajustando as tarifas constantes das Resoluções Homologatórias nº 2.360 de 19/12/2017, ficando em média reajustadas em 10% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da Distribuidora.

#### 41. Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2018 e anteriores.

#### 42. Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2018 e 2017 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERES vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador.

#### 43. Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 668,79 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2018 foram utilizados as seguintes contas:

	Legislação Societária	
	2018	2017
Lucro/Prejuízo Líquido	(106,94)	63,79
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	466,18	418,49
Depreciação e Amortização	309,55	282,63
	<b>668,79</b>	<b>764,91</b>

#### 44. Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2018							
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
<b>Ativos</b>							
<b>Ativo circulante</b>		<b>3.291,89</b>	<b>-</b>	<b>3.291,89</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.291,89</b>
Caixa e equivalentes de caixa		172,94	-	172,94	-	-	172,94
Consumidores		1.964,15	-	1.964,15	-	-	1.964,15
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		3,87	-	3,87	-	-	3,87
Tributos compensáveis		121,39	-	121,39	-	-	121,39
Depósitos judiciais e cauções		5,51	-	5,51	-	-	5,51
Almoarifado operacional		101,60	-	101,60	-	-	101,60
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		485,79	-	485,79	-	-	485,79
Despesas pagas antecipadamente		17,61	-	17,61	-	-	17,61
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		419,03	-	419,03	-	-	419,03
<b>Ativo não circulante</b>		<b>9.278,73</b>	<b>-</b>	<b>9.278,73</b>	<b>(2.419,25)</b>	<b>(2.419,25)</b>	<b>6.859,48</b>
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		139,6	-	139,60	-	-	139,60
Investimentos temporários		0,35	-	0,35	-	-	0,35
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		59,64	-	59,64	2.580,85	2.580,85	2.640,49
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado		9066,36	-	9.066,36	(8.647,55)	(8.647,55)	418,81
Intangível		12,78	-	12,78	3.647,45	3.647,45	3.660,23
<b>Total do ativo</b>		<b>12.570,62</b>	<b>-</b>	<b>12.570,62</b>	<b>(2.419,25)</b>	<b>(2.419,25)</b>	<b>10.151,37</b>

<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>	<b>6.148,87</b>	<b>-</b>	<b>6.148,87</b>	<b>(14,85)</b>	<b>(14,85)</b>	<b>6.134,02</b>	
Fornecedores	4.068,21	-	4.068,21	-	-	4.068,21	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	341,04	-	341,04	-	-	341,04	
Obrigações sociais e trabalhistas	377,94	-	377,94	-	-	377,94	
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
Tributos	334,38	-	334,38	(12,85)	(12,85)	321,53	
Provisão para litígios	358,50	-	358,50	(2,00)	(2,00)	356,50	
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Encargos setoriais	274,62	-	274,62	-	-	274,62	
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros setoriais	179,74	-	179,74	-	-	179,74	
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-	
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos circulantes	214,44	-	214,44	-	-	214,44	
<b>Passivo não circulante</b>	<b>3.473,98</b>	<b>-</b>	<b>3.473,98</b>	<b>14,84</b>	<b>14,84</b>	<b>3.488,82</b>	
Fornecedores	1.051,28	-	1.051,28	-	-	1.051,28	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-	
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
Tributos	476,54	-	476,54	12,84	12,84	489,38	
Provisão para litígios	881,24	-	881,24	2,00	2,00	883,24	
Encargos setoriais	-	-	-	-	-	-	
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-	
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-	-	
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-	
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia	1.064,92	-	1.064,92	-	-	1.064,92	
<b>Total do passivo</b>	<b>9.622,85</b>	<b>-</b>	<b>9.622,85</b>	<b>(0,01)</b>	<b>(0,01)</b>	<b>9.622,84</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	63,43	-	63,43	-	-	63,43	
Reservas de capital	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes	2.419,24	-	2.419,24	(2.419,24)	(2.419,24)	-	
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	
Reserva de sobras	-	-	-	-	-	-	
Sobras à disposição da Assembleia	524,64	-	524,64	-	-	524,64	
Perdas não cobertas pelos cooperados	(59,54)	-	(59,54)	-	-	(59,54)	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.947,77</b>	<b>-</b>	<b>2.947,77</b>	<b>(2.419,24)</b>	<b>(2.419,24)</b>	<b>528,53</b>	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>12.570,62</b>	<b>-</b>	<b>12.570,62</b>	<b>(2.419,25)</b>	<b>(2.419,25)</b>	<b>10.151,37</b>	

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2018							
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
<b>Operações em continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>13.868,77</b>	<b>46,95</b>	<b>13.915,72</b>	<b>(46,95)</b>	<b>(46,95)</b>	<b>13.868,77</b>
Fornecimento de energia elétrica		3706,06	-	3.706,06	-	-	3.706,06
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9633,19	-	-	9.633,19	-	-	9.633,19
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-15,06	-	-	(15,06)	-	-	(15,06)
Serviços cobráveis	39,01	-	-	39,01	-	-	39,01
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço	505,57	-	-	505,57	-	-	505,57
Receita de Construção		-	46,95	46,95	(46,95)	(46,95)	-
<b>Tributos</b>		<b>(156,13)</b>	<b>-</b>	<b>(156,13)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(156,13)</b>
ICMS		-0,25	-	(0,25)	-	-	(0,25)
PIS-PASEP		-27,69	-	(27,69)	-	-	(27,69)
Cofins		-128,19	-	(128,19)	-	-	(128,19)
ISS		0	-	-	-	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(1.001,82)</b>	<b>-</b>	<b>(1.001,82)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.001,82)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-604,68	-	-	(604,68)	-	-	(604,68)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	-37,71	-	-	(37,71)	-	-	(37,71)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos	-359,43	-	-	(359,43)	-	-	(359,43)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>12.710,82</b>	<b>46,95</b>	<b>12.757,77</b>	<b>(46,95)</b>	<b>(46,95)</b>	<b>12.710,82</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(6.002,59)</b>	<b>-</b>	<b>(6.002,59)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.002,59)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-6002,59	-	-	(6.002,59)	-	-	(6.002,59)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		-	-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>6.708,23</b>	<b>46,95</b>	<b>6.755,18</b>	<b>(46,95)</b>	<b>(46,95)</b>	<b>6.708,23</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(5.952,16)</b>	<b>159,98</b>	<b>(5.792,18)</b>	<b>628,07</b>	<b>628,07</b>	<b>(5.164,11)</b>
Pessoal e administradores	-3646,52	-	-	(3.646,52)	-	-	(3.646,52)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material	-262,5	-	-	(262,50)	-	-	(262,50)
Serviços de terceiros	-627,44	-	-	(627,44)	-	-	(627,44)
Arrendamento e aluguéis	-184,67	-	-	(184,67)	-	-	(184,67)
Seguros	0	-	-	-	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	-22,64	-	-	(22,64)	-	-	(22,64)
Provisões	-581,12	-	-	(581,12)	581,12	581,12	-
Recuperação de despesas	64,38	-	-	64,38	-	-	64,38
Tributos	-31,82	-	-	(31,82)	-	-	(31,82)
Depreciação e amortização	-494,98	206,93	-	(288,05)	-	-	(288,05)
Gastos diversos/desp. Construção	-245,62	(46,95)	-	(292,57)	46,95	46,95	(245,62)
Outras Receitas Operacionais	270,42	-	-	270,42	-	-	270,42
Outras Gastos Operacionais	-189,65	-	-	(189,65)	-	-	(189,65)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>756,07</b>	<b>206,93</b>	<b>963,00</b>	<b>581,12</b>	<b>581,12</b>	<b>1.544,12</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(1.069,94)</b>	<b>-</b>	<b>(1.069,94)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.069,94)</b>
Despesas financeiras	-1214,23	-	-	(1.214,23)	-	-	(1.214,23)
Receitas financeiras	144,29	-	-	144,29	-	-	144,29
<b>Outras operações</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-425,11</b>	<b>-425,11</b>	<b>-425,11</b>
reversão ato cooperado	-	-	-	-	(425,11)	(425,11)	(425,11)
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-
AJUSTES LALUR	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>(313,87)</b>	<b>206,93</b>	<b>(106,94)</b>	<b>156,01</b>	<b>156,01</b>	<b>49,07</b>
Despesa com impostos sobre os lucros	-11,78	-	-	(11,78)	-	-	(11,78)
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>		<b>(325,65)</b>	<b>206,93</b>	<b>(118,72)</b>	<b>156,01</b>	<b>156,01</b>	<b>37,29</b>
<b>Operações descontinuadas</b>							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(325,65)</b>	<b>206,93</b>	<b>(118,72)</b>	<b>156,01</b>	<b>156,01</b>	<b>37,29</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2018							
	Capital Social	Efeitos Cont. Fiscal	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de sobras	Lucros (prejuízos) acumulados	Sobras (Perdas) acumuladas	TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63,43</b>		-	<b>524,64</b>	<b>(59,54)</b>	-	<b>528,53</b>
Remuneração das imobilizações em curso							-
Aumento de Capital Social	(0,38)	-	-	-	-	-	(0,38)
Realização de reservas			-				-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	147,06	(147,06)	-
Reserva legal	-	-	-	-	(147,06)	28,34	(118,72)
FATES	-	-	-	(6,38)	-	6,38	-
RATES	-	-	-	1,42	-	(1,42)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR							-
Efeitos IFRS							-
Efeitos Fiscais		425,11					425,11
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>63,05</b>	<b>425,11</b>	-	<b>519,68</b>	<b>(59,54)</b>	<b>(113,76)</b>	<b>834,54</b>

#### 45. Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras pela CCEE

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERES realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2018, o saldo de 73,57 R\$/MIL.

	Saldo Anterior	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO BX DENSIDADE DE CARGA	0,00	71,49	63,54	7,94
SUBVENÇÃO CDE - AGUA E ESGOTO	-0,40	5,63	1,64	3,59
SUBVENÇÃO CDE - RURAL	1,39	715,49	688,43	28,45
SUBVENÇÃO CDE - IRRIGANTE	0,00	0,21	0,18	0,03
Diferença Mensal de Receita - DMR	19,77	13,78	0,00	33,55
	<b>20,76</b>	<b>806,59</b>	<b>753,78</b>	<b>73,57</b>

#### 46. Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição (formação):

	Valor Bruto em 31/12/2018	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Obrigações Especiais - R\$ Mil</b>			
<b>Em Serviço</b>			
<b>Participação da União, Estados e Municípios</b>			
<b>Participação Financeira do Consumidor</b>	<b>(58,07)</b>	<b>8,85</b>	<b>(49,22)</b>
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(39,86)	8,13	(31,73)
Data de aquisição: 02/12/2016	(11,24)	0,65	(10,59)
Data de aquisição: 31/07/2017	(0,40)	0,01	(0,39)
Data de aquisição: 01/11/2017	(6,56)	0,06	(6,50)
<b>Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido</b>	<b>(783,60)</b>	<b>58,19</b>	<b>(725,41)</b>
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(129,66)	39,18	(90,48)
Data de aquisição: 31/05/2016	(2,33)	0,32	(2,01)
Data de aquisição: 01/10/2016	(1,42)	0,15	(1,27)
Data de aquisição: 01/12/2016	(4,30)	0,38	(3,92)
Data de aquisição: 01/07/2017	(4,93)	0,24	(4,69)
Data de aquisição: 01/08/2017	(4,94)	0,17	(4,77)
Data de aquisição: 30/09/2017	(633,05)	17,60	(615,45)
Data de aquisição: 01/11/2017	(1,41)	0,02	(1,39)
Data de aquisição: 28/02/2018	(1,56)	0,13	(1,43)
<b>Programa de Eficiência Energética - PEE</b>			
<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>	<b>(68,00)</b>	<b>12,21</b>	<b>(55,79)</b>
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(68,00)	12,21	(55,79)
<b>Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica</b>			
<b>Valores Pendentes de Recebimento</b>			
<b>Valores Não Aplicados</b>			
<b>Outros</b>			
<b>Ultrapassagem de demanda</b>	<b>(113,17)</b>	<b>4,83</b>	<b>(108,34)</b>
Data de aquisição: 01/12/2017	(113,17)	4,83	(108,34)
<b>Excedente de reativos</b>	<b>(18,37)</b>	<b>0,78</b>	<b>(17,59)</b>
Data de aquisição: 01/12/2017	(18,37)	0,78	(17,59)
<b>Diferença das perdas regulatórias</b>			
<b>Outros</b>			
<b>Total</b>	<b>(1.041,21)</b>	<b>84,86</b>	<b>(956,35)</b>

#### 47. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 23/02/2019 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

**MOISÉS ISMAEL MACIEL**  
Presidente

**ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES**  
Contador CRC – RJ094000/O-3



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

P A R E C E R

Conselho fiscal, em cumprimento ao que determina o Estatuto Social e a Legislação vigente buscou examinar as demonstrações financeiras referente ao exercício de 2018, compreendendo: balanços patrimoniais, demonstrações de resultado, demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, demonstração dos fluxos de caixa, relatório do conselho de administração e demais demonstrativos e notas relativas ao período.

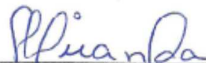
Acontece, que apesar de ter sido encaminhado ao conselho administrativo solicitações da documentação pertinente ao exercício financeiro de 2018, para que fosse realizada uma auditoria externa, tal solicitação não foi facultada ao expert que foi privado de tirar cópia da documentação, o que inviabilizou a realização da auditoria e com isso da emissão de parecer.

Em função do exposto estando ausentes os meios necessários para que o Auditor Independente respaldasse seu parecer, nós do conselho fiscal opinamos pela reprovação das contas, pois não tem como afirmar que os documentos apresentados refletem corretamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

CONSELHEIROS EFETIVOS



ANÍSIO RODRIGUES DA COSTA



VERA LUCIA MIRANDA ASSIS QUEIROZ

  
VANDER LEITE GOMES

CONSELHEIROS SUPLENTEs

*Aginaldo T. C. Conceição*  
AGNALDO TIMOTEO DA CONCEIÇÃO

*Hermes Lima Klug*  
HERMES LIMA KLUG

*José Donizete de Oliveira*  
JOSÉ DONIZETE DE OLIVEIRA



Fls.

Processo: 0001656-85.2019.8.19.0045

## Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento Comum - Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico

Autor: VERA LUCIA MIRANDA ASSIS QUEIROZ

Réu: CERES - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz  
Marvin Ramos Rodrigues Moreira

Em 22/02/2019

### Decisão

Trata-se de pedido formulado pela parte autora, na qualidade de membro do Conselho Fiscal da Cooperativa CERES, buscando que seja suspensa a assembléia designada para amanhã dia 23/02/2019, em que tem em um dos assuntos da pauta a deliberação sobre as contas do exercício 2018.

Argui não ter tido acesso aos documentos solicitados, eis que negado direito de cópia dos documentos para retirada da sede da empresa.

Manifestação da parte ré as fls. 62 e seguintes, aduzindo que não negou direito a autora de fiscalizar as contas da cooperativa, inclusive disponibilizando sala na sede da empresa para esse fim, apenas não permitindo a saída dos documentos, o que já teria sido informado há vários meses.

RELATEI, DECIDO.

O documento de fls. 72, datado de 10/01/2019, demonstra com clareza que há disponibilidade de todos os documentos para análise do conselho fiscal e seus contadores contratados estão disponíveis, na sede da empresa, inexistindo o alegado impedimento.

O documento de fls. 73, datado de 20/06/2018, narra a disponibilização de quaisquer documentos e eventual necessidade de esclarecimentos por parte do contador da empresa, negando apenas e tão somente a obtenção de cópias.

A questão de ter sido negada a obtenção de cópia de maneira genérica não obsta à apreciação das contas e demais documentos na sede da empresa, sempre informando a impossibilidade de retirada de documentos da sede da empresa, por conta do contido no Estatuto Social, inexistindo algum fato concreto que enseje a necessidade de saída de documentos da sede da empresa.

O que se deve garantir é a análise da documentação, para fins de elaboração de parecer do conselho fiscal, o que resta assegurado diante dos documentos acostados aos autos com a petição de fls.62.



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça  
Comarca de Resende  
Cartório da 1ª Vara Cível  
Av. Rita Maria Ferreira da Rocha, 517 CEP: 27510-060 - Jardim Jalisco - Resende - RJ Tel.: (24) 3354-2363 e-mail:  
res01vciv@tjrj.jus.br



Outros assuntos serão tratados na assembléia designada para amanhã, e não só a questão das contas do exercício de 2018, que eventualmente poderão não ser aprovadas.

Se a assembléia já foi designada há 30 dias, com informação de impossibilidade de retirada de documentos (há mais tempo), não havendo impossibilidade de exame destes na sede da empresa, inclusive com apoio do contador, resta demonstrado que não houve impedimento da atuação do conselho fiscal, não sendo adequado a suspensão da reunião.

Se a prestação de contas da ré está adequada ou não, será decidido por todos os seus associados na assembléia designada, e eventuais medidas judiciais podem ser tomadas contra as decisões da assembléia posteriormente.

Por todos esses fatos, e considerando que não houve impedimento da atuação do conselho fiscal que teve assegurado acesso a todo e qualquer documento necessário, apenas não lhe foi permitida a retirada de cópias para fora da empresa, INDEFIRO a medida de urgência pleiteada, mantendo a assembléia anteriormente designada para que sejam deliberados os assuntos previstos.

Intime-se.

Aguarde-se prazo de contestação, abrindo em réplica.

Resende, 22/02/2019.

**Marvin Ramos Rodrigues Moreira - Juiz Titular**

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marvin Ramos Rodrigues Moreira

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código de Autenticação: **4L5B.TK7H.U6WI.IY82**

Este código pode ser verificado em: [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) – Serviços – Validação de documentos

110

MRMOREIRA



MARVIN RAMOS RODRIGUES MOREIRA:26191 Assinado em 22/02/2019 16:16:39 Local: TJ-RJ

**PARECER DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES  
(SOCIETÁRIO)**

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA –  
“CERES”**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

#### *Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis*

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Os controles analíticos do Capital Social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 63.429,62, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do Capital Social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Consequentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre o saldo do Capital Social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Outros Assuntos**

#### *Auditoria do período anterior e atual*

As demonstrações financeiras da CERES em 31 de dezembro de 2017, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 26 de março de 2018.

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 04 de fevereiro de 2019.



**AUDITORES INDEPENDENTES.**  
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

  
**GUILHERME PEREIRA MENDES**  
Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" RJ

# **Relatório da Administração 2018**

## **(Regulatório)**

**Senhoras e Senhores Associados,**

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e Lei 5764/71 (Lei das Cooperativas), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

## **Carta do Presidente**

A Permissionária CERES, fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, tornou-se ao longo desses 50 anos uma instituição forte e comprometida com a excelência no atendimento a seus consumidores.

Presta serviços de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende, Barra Mansa e Itatiaia, e ainda, em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

Com espírito de continuidade e preservação do desenvolvimento contínuo, completamos o ano de 2018 na busca por melhores resultados na entrega do serviço ao consumidor, primando diuturnamente por uma gestão moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Neste sentido, nossa Administração seguiu seu objetivo de transformação da CERES, com objetivo de obter o equilíbrio econômico-financeiro, bem como uma boa colocação na questão técnica, buscando adequar-se aos parâmetros dos indicadores de qualidade e continuidade da ANEEL.

Como resultado, obtivemos na data tempestiva nosso reajuste tarifário, bem como logramos êxito em questões judiciais que atravancavam nosso crescimento, especialmente por antigos processos fiscais, cujas provisões contábeis puxavam nosso resultado para o prejuízo e perdas.

Com a reestruturação jurídica de nossa Permissionária, bem como, com a reestruturação administrativa com as novas atribuições ao nosso Gerente, a CERES pode reconhecer contabilmente todos os efeitos dos anos de crise que passamos, e, tais reconhecimentos, acabaram por gerar resultados negativos, tanto no ato cooperado, como no ato não cooperado.

Tais reconhecimentos tiveram o conceito de legalidade e transparência, vitais para uma Empresa do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, possibilitam que nos próximos anos, possamos ter total foco na resolução destes casos, perseguindo o objetivo de levar a CERES a se tornar a melhor Permissionária do Brasil, o que certamente trará benefícios enormes aos seus associados.

Assim sendo, agradecemos à DEUS, aos Funcionários e Terceirizados, aos Auditores e Consultores Independentes, aos Cooperados e Consumidores, Órgão Regulador, Ministério das Minas e Energia e a todos os envolvidos no encerramento deste exercício! Feliz 2019 a todos!

**Moises Ismael Maciel**

**Presidente**

## **Carta do Contador**

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERES – Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2018, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A nossa Empresa, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica em contas analíticas divididas por assunto, , e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, em tempos de crise, a informação gerada de forma tempestiva e clara, permite aos gestores da Empresa a tomada de decisão de forma ágil e certa, o que muito nos alegra em termos atingido essa meta.

Todo o resultado desta Prestação de Contas será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL, e, através de seu canal de divulgação, disponibilizado para todos os que desejarem verificar o resultado do exercício, bem como o resultado apresentado aos seus sócios cotistas.

Frisamos, ainda, nosso empenho no cumprimento Regulatório, uma vez que a ANEEL têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, REINF, EFD ICMS e IPI, EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições da Administração traçar as metas para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

**Elias de Oliveira Rodrigues**  
**Contador**  
**CRC-RJ-094000/O-3**

## Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 50 anos de existência.

Em 2018, o consumo de energia elétrica em comparação ao ano anterior teve uma redução em -0,36%, representando principalmente na classe residencial -0,34%, comercial -0,86 e iluminação pública -15,62, tendo acréscimo nos poderes públicos em 28,14%.

## Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 4.984 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de "Consumidor Livre".

**Ligação de consumidores** - foram realizadas, no ano, 83 novas ligações com destaque 72 residenciais, 6 comerciais, 2 rurais, e 3 (poderes públicos, iluminação pública e serviço público), totalizando 4.984 consumidores atendidos pela Outorgada, número 1,69% superior ao de 2017.

### **Número de Consumidores**

<b>Consumidores</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Residencial	3.335	3.436	3.601	3.707	3.843	4.028	4.100
Comercial	502	529	548	548	559	568	574
Industrial	5	5	4	4	4	4	4
Rural	267	271	275	273	273	274	276
Poderes Públicos	14	14	16	17	17	17	18
Iluminação Pública	8	8	8	8	8	9	9
Serviço Público	1	1	1	1	1	1	3
<b>Total</b>	<b>4.132</b>	<b>4.264</b>	<b>4.453</b>	<b>4.558</b>	<b>4.705</b>	<b>4.901</b>	<b>4.984</b>
<b>Varição</b>	<b>3,85%</b>	<b>3,19%</b>	<b>4,43%</b>	<b>2,36%</b>	<b>3,23%</b>	<b>4,17%</b>	<b>1,69%</b>

**Comportamento do mercado** - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 18,40 GWh (18,47 GWh em 2017), com decréscimo de -0,36%.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial com -3,59% e Comercial. -4,49%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

### Mercado Atendido

<b>Mercado Atendido - GWh</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Energia Faturada</b>	<b>15,74</b>	<b>17,37</b>	<b>18,79</b>	<b>18,00</b>	<b>18,47</b>	<b>18,40</b>
Fornecimento	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47	18,40
Residencial	6,17	6,94	7,74	7,46	7,78	7,75
Comercial	6,08	6,69	7,26	6,94	7,01	6,95
Industrial	0,19	0,18	0,20	0,18	0,22	0,23
Rural	1,75	1,91	1,94	1,79	1,82	1,96
Poderes Públicos	0,11	0,14	0,13	0,11	0,11	0,14
Iluminação Pública	1,43	1,50	1,51	1,53	1,53	1,29
Serviço Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15,74</b>	<b>17,37</b>	<b>18,79</b>	<b>18,00</b>	<b>18,47</b>	<b>18,40</b>
<b>Variação</b>	<b>#REF!</b>	<b>10,34%</b>	<b>8,17%</b>	<b>-4,23%</b>	<b>2,62%</b>	<b>-0,36%</b>

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou queda de 7,59% em 2018, quando comparado com 2017.

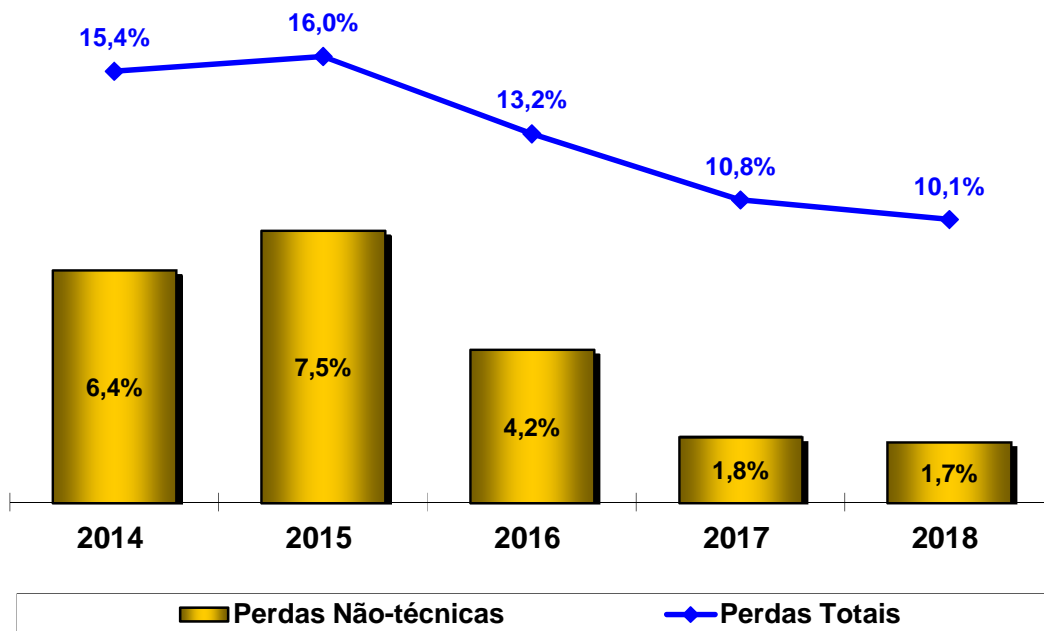
### Balanco Energético

Tab 16

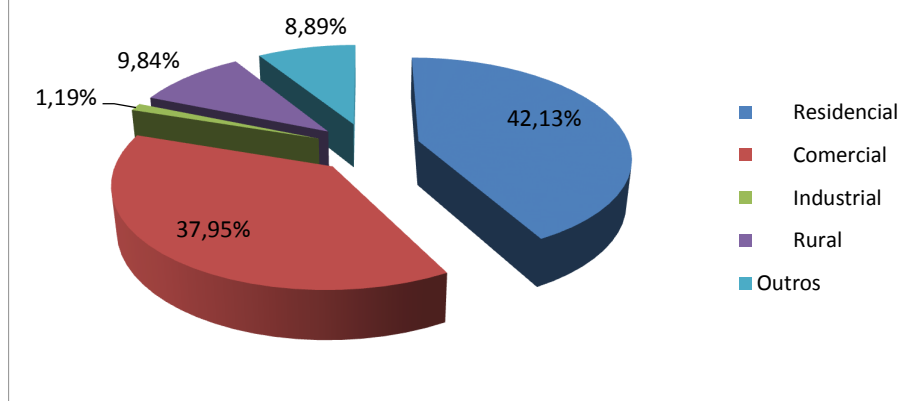
<b>Energia Requerida - GWh</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Venda de Energia	17,37	18,79	18,00	18,47	18,40
- Fornecimento	17,37	18,79	18,00	18,47	18,40
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>17,37</b>	<b>18,79</b>	<b>18,00</b>	<b>18,47</b>	<b>18,40</b>
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	3,17	3,57	2,73	2,24	2,07
Perdas Técnicas	1,84	1,88	1,86	1,87	1,73
Perdas não Técnicas - PNT	1,32	1,69	0,88	0,37	0,34



PNT / Energia Requerida %	6,4%	7,5%	4,2%	1,8%	1,7%
Perdas Totais - PT	3,17	3,57	2,73	2,24	2,07
PT / Energia Requerida %	15,4%	16,0%	13,2%	10,8%	10,1%
<b>Total</b>	<b>20,54</b>	<b>22,36</b>	<b>20,73</b>	<b>20,71</b>	<b>20,47</b>

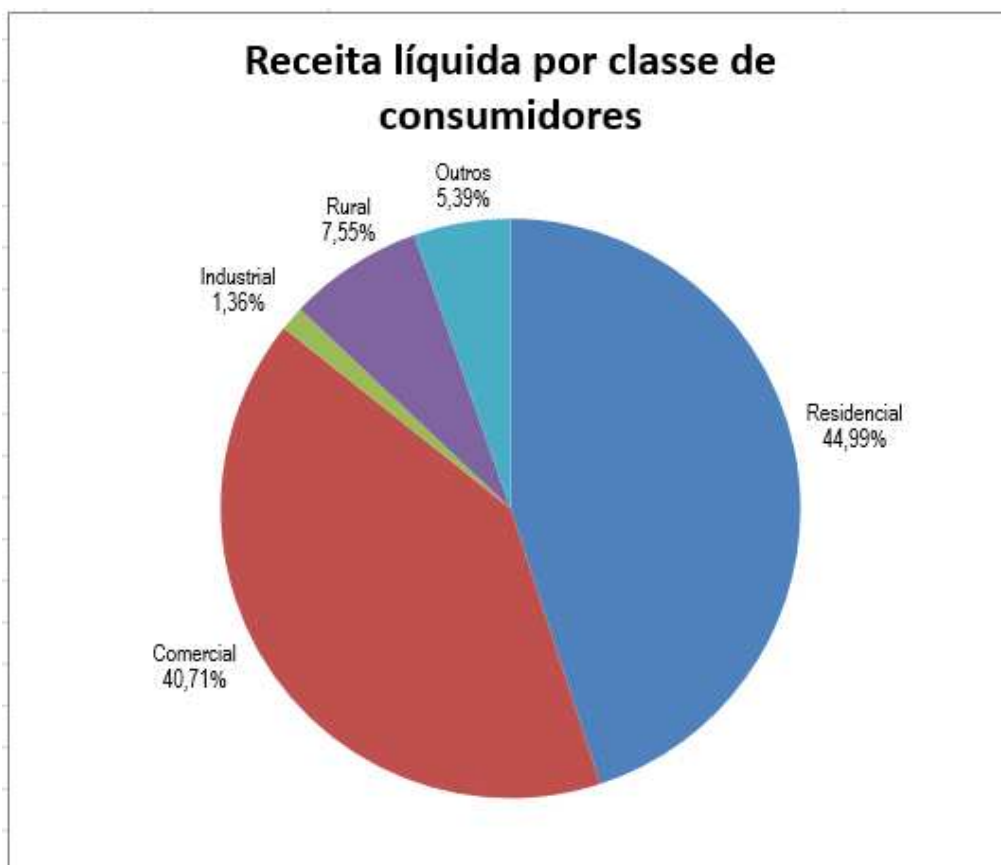


### Consumo Por Classe de Consumidores - 2018



**Receita** - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS E BANDEIRAS, importou em R\$ 12.995,00 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2018	2017	%
Residencial	5.871,19	4.330,91	35,56%
Comercial	5.298,02	3.928,96	34,85%
Industrial	175,74	123,46	42,35%
Rural	962,41	655,85	46,74%
<b>Outros</b>	<b>687,64</b>	<b>516,01</b>	<b>33,26%</b>
Poderes Públicos	107,81	62,32	72,99%
Iluminação Pública	527,81	452,45	16,66%
Serviço Público	52,02	1,24	4.095,16%
<b>Total</b>	<b>12.995,00</b>	<b>9.555,19</b>	<b>36,00%</b>



**Número de consumidores** - O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,69 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

**Número de Consumidores**

CLASSE	2017	2018	VARIAÇÃO %
Residencial	4.028	4.100	1,79%
Comercial	568	574	1,06%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	274	276	0,73%
Poderes Públicos	17	18	5,88%
Iluminação Pública	9	9	0,00%
Serviço Público	1	3	200,00%
<b>Total</b>	<b>4.901</b>	<b>4.984</b>	<b>1,69%</b>

**Tarifas** - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, atingiu R\$ 620,56 /MWh, com aumento de 37,83% em relação ao ano de 2017.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.389 de 24/04/2018, As tarifas de aplicação da Ceres, constantes das Resoluções Homologatórias nº 2.360, de 19 de dezembro de 2017, ficam em média reajustadas em 10,37% (dez vírgula trinta e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	737,32
Comercial	653,30
Industrial	738,60
Rural	446,84

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,25228	0,43248	0,64872	0,72080

**Qualidade do fornecimento** - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87
2015	25,95	9,49	1,94
2016	24,18	10,03	1,93
2017	48,25	18,24	1,84
2018	43,10	19,16	2,07

**Atendimento ao consumidor** - A CERES, no ano de 2018, acompanhando a tecnologia, implantou o WhatsApp no COD – Centro de Operação da Distribuição. Este aplicativo visa a comunicação de falta de energia e serviços relacionados com a rede e no Setor Comercial, para atendimentos de emissão de segundas vias, pedidos de religações, inspeções e informações diversas, contribuindo dessa forma com a melhoria contínua de seus processos.

### **Tecnologia da informação**

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Quando o assunto é Tecnologia da Informação e Comunicação, estamos falando de uma área essencial, envolvida com grande parte dos processos. O compromisso estabelecido em anos anteriores de melhoria em transparência, infraestrutura e comunicação permanece.

No momento a Companhia busca estabelecer e monitorar indicadores de desempenho para o atendimento de chamados em vista de uma ampliação do atual Sistema. Foi iniciado um projeto para automatização em sua infraestrutura de call center e implantado em 2018.

### **Desempenho econômico-financeiro**

Em 2018, o resultado regulatório acumulado foi de R\$ (313,89) mil, contra o resultado de R\$ (152,87) mil em 2017, um decréscimo de (105,33%). Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ (106,94) mil

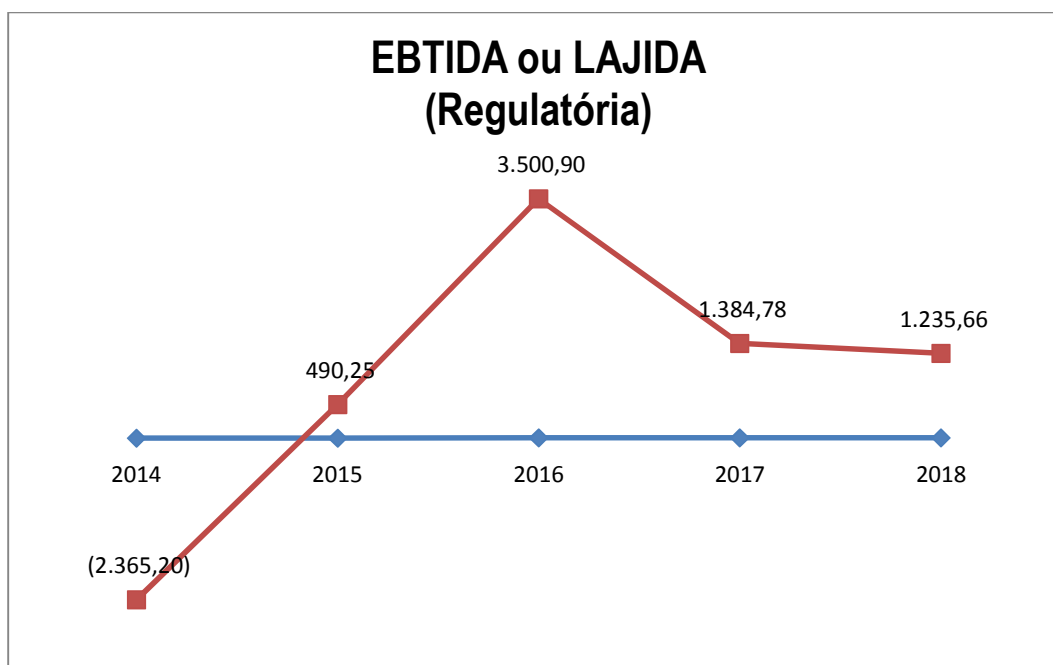
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ (313,87) mil

RESULTADO FISCAL: R\$ 77,40 mil , sendo a parte Não Cooperado (Base para impostos) R\$ 49,07 mil.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 12.710,82, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 8.889,31 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 12.035,51 mil, 54,05% superiores em relação à 2017, destacando-se os custos da energia comprada que tiveram um acréscimo de 163,52% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (10,65)% contra (4,57)% em 2017.

O EBITDA ou LAJIDA REGULATÓRIO, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.235,66 mil, inferior em (10,77)% a 2017, que foi de R\$ 1.384,78 mil, conforme evolução abaixo:

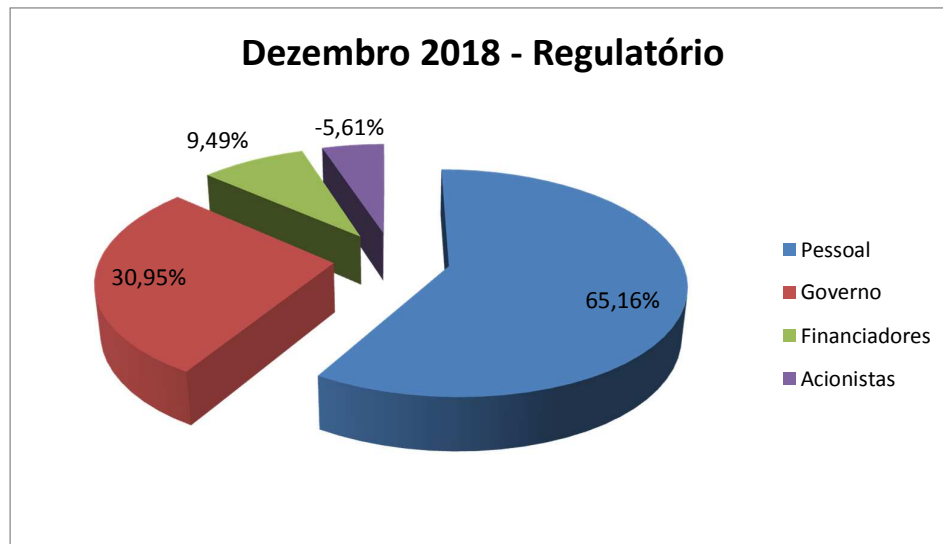


Investimentos: Em 2018, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 647,19 mil, 48,49% inferiores em relação à 2017, dos quais R\$ 624,58 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição, e destes, R\$ 550,73 vinculados ao PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 2.029,77 mil, conforme demonstração abaixo:

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
------	------	------	------	------	------	------	------

Plano de Desenvolvimento de Distribuição - R\$ Mil	Realiza do	Realiza do	Realiza do	Projeta do	Projeta do	Projeta do	Projeta do	Projeta do
<b>AIS Bruto</b>	<b>514,08</b>	<b>1.328,34</b>	<b>624,58</b>	<b>495,66</b>	<b>446,09</b>	<b>401,48</b>	<b>361,33</b>	<b>325,20</b>
Transformador de Distribuição	78,44	222,29	128,75	115,88	104,29	93,86	84,47	76,03
Medidor	81,14	78,34	76,38	68,74	61,87	55,68	50,11	45,10
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	287,40	883,67	272,42	178,73	160,86	144,77	130,29	117,27
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	67,10	144,04	147,03	132,31	119,08	107,17	96,45	86,81
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos								
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(34,62)</b>	<b>(807,26)</b>	<b>(1,56)</b>	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(34,62)	(675,72)	(1,56)					
Outros	-	(131,54)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	(131,54)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda		(113,17)		n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos		(18,37)		n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<b>AIS relativo ao PDD</b>	<b>514,08</b>	<b>681,48</b>	<b>550,73</b>	<b>495,66</b>	<b>446,09</b>	<b>401,48</b>	<b>361,33</b>	<b>325,20</b>

**Valor adicionado societário:** Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 5.595,94 mil, representando 40,35% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos:** Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social não constituiu Reservas pois foram apuradas perdas no presente Exercício.

Neste sentido, as perdas apuradas foram cobertas parcialmente pela Reserva Legal e o saldo remanescente será destinado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 2019.

**Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,43 mil, composto por 63.429,62 mil de quotas, com valor nominal R\$0,01.

**Atendimento a associados:** Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.



## Gestão

**Administração:** Durante o ano de 2018 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do Setor Elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

**Planejamento empresarial:** O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

**Gestão pela qualidade total:** Em 2018, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade, efetuam a transição para a nova norma ISO 9001:2015, desenvolvendo estudos e projetos das análises de riscos de acordo com a documentação do Sistema de gestão da Qualidade Ceres, mantendo a certificação emitida pela empresa BRTUV..

**Recursos humanos:** Em 2018 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

**Responsabilidade social:** Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

<b>Outorgada em números</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>
<b>Atendimento</b>			
Número de consumidores	4.984	4.901	<b>1,69%</b>
Número de empregados	39	40	<b>-2,50%</b>
Número de consumidores por empregado	128	123	<b>3,90%</b>
Número de localidades atendidas	5	5	<b>0,00%</b>
Número de agências	2	2	<b>0,00%</b>
Número de postos de atendimento	2	2	<b>0,00%</b>
Número de postos de arrecadação	0	0	<b>0,00%</b>
<b>Mercado</b>			
Área de Permissão (Km <sup>2</sup> )	274,00	274,00	<b>0,00%</b>
Geração própria (GWh)	0	0	<b>0,00%</b>
Demanda máxima (MWh/h)	11,01	9,48	<b>16,14%</b>
Distribuição direta (GWh)	18,40	18,47	<b>0,00%</b>
Consumo residencial médio (kWh/ano)	646.186	648.380	<b>-0,34%</b>
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	620,56	450,98	<b>37,60%</b>
Total (exceto curto prazo)		0	<b>0,00%</b>
Residencial	737,32	530,60	<b>38,96%</b>
Comercial	653,3	504,34	<b>29,54%</b>
Industrial	738,60	537,00	<b>37,54%</b>
Rural	446,84	318,72	<b>40,20%</b>
Suprimento	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
DEC (horas)	43,10	48,25	<b>-10,67%</b>
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	15,66	15,48	<b>1,19%</b>
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,28	4,13	<b>3,54%</b>
FEC (número de interrupções)	19,16	18,24	<b>5,04%</b>
Número de reclamações por 1.000 consumidores	3,89	2,24	<b>73,66%</b>
<b>Operacionais</b>			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
Número de subestações	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
Linhas de distribuição (Km)	439,11	434,63	<b>1,03%</b>
Capacidade instalada (MW)	19,94	19,08	<b>4,51%</b>

<b>Financeiros</b>			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	13.868,77	9.996,49	<b>38,74%</b>
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.710,82	8.889,31	<b>42,99%</b>
Margem operacional do serviço líquida (%)	91,65%	82,92%	<b>10,53%</b>
EBITDA OU LAJIDA	1.235,66	1.384,78	<b>-10,77%</b>
Lucro líquido (R\$ mil)	-313,87	-152,87	<b>-105,32%</b>
Lucro líquido por mil cotas	-3,14	-1,53	<b>-267,64%</b>
Patrimônio líquido (R\$ mil)	2.947,77	3.347,15	<b>-11,93</b>
Valor patrimonial por cota R\$	29,48	33,47	<b>-11,92</b>
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-10,65	-4,57	<b>-133,04</b>
Endividamento do patrimônio líquido (%)	-326,44	-398,45	<b>18,07%</b>
Em moeda nacional (%)	-326,44	-398,45	<b>18,07%</b>
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	<b>0,00%</b>
<b>Indicadores de Performance</b>			
Salário Médio dos Funcionários	2,93	2,59	<b>0,00%</b>
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	448,00	473,36	<b>0,00%</b>
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	3,51	3,86	<b>0,00%</b>
Retorno de ativos por unidade	-3,58%	-1,82	<b>0,00%</b>

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos primeiramente à DEUS, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, aos Cooperados e Consumidores, aos nossos Consultores, Auditores e a todos que direta ou indiretamente nos prestaram o devido apoio no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERES. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão do exercício de 2018 da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2018

(REGULATÓRIO)

CERES

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda  
 CNPJ no 31.465.487/0001-01  
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**Balanço Patrimonial**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativos</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.291,89</b>	<b>4.185,48</b>
Caixa e equivalentes de caixa	172,94	2,66
Consumidores	1.964,15	1.451,18
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	3,87	0,30
Tributos compensáveis	121,39	121,04
Depósitos judiciais e cauções	5,51	-
Almoxarifado operacional	101,60	99,82
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	485,79	1.199,76
Despesas pagas antecipadamente	17,61	18,60
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	419,03	1.292,12
<b>Ativos de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Bens destinados à alienação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>9.278,73</b>	<b>12.498,44</b>
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	139,60	139,60
Investimentos temporários	0,35	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-

Despesas pagas antecipadamente	-	1,58
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	59,64	3.268,41
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	0,35
Imobilizado	9.066,36	9.059,92
Intangível	12,78	28,58

<b>Total do ativo</b>	<b>12.570,62</b>	<b>16.683,92</b>
-----------------------	------------------	------------------

#### Passivo

<b>Passivo Circulante</b>	<b>6.148,87</b>	<b>5.581,08</b>
Fornecedores	4.068,21	1.699,03
Empréstimos, financiamentos e debêntures	341,04	730,39
Obrigações sociais e trabalhistas	377,94	857,36
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	334,38	631,54
Provisão para litígios	358,50	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	274,62	361,03
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	179,74	532,00
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	214,44	769,72
<b>Passivos de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>3.473,98</b>	<b>7.755,69</b>
Fornecedores	1.051,28	2.199,71
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	247,86
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	476,54	3.735,22
Provisão para litígios	881,24	91,78
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	450,96
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.064,92	1.030,16

<b>Total do passivo</b>	<b>9.622,85</b>	<b>13.336,78</b>
-------------------------	-----------------	------------------

<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.947,77</b>	<b>3.347,15</b>
Capital social	63,43	63,81
Reservas de capital	-	(216,67)
Outros resultados abrangentes	2.419,24	2.699,51
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	524,64	529,60
Sobras à disposição da Assembleia	(59,54)	270,89
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.947,77</b>	<b>3.347,15</b>
------------------------------------	-----------------	-----------------

<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>12.570,62</b>	<b>16.683,92</b>
---	------------------	------------------



Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda  
 CNPJ no 31.465.487/0001-01  
 Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstração do Resultado do Exercício**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Operações em continuidade</b>		
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>13.868,77</b>	<b>9.996,49</b>
Fornecimento de energia elétrica	3.706,06	968,38
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.633,19	8.700,63
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(15,06)	(274,49)
Serviços cobráveis	39,01	45,05
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	505,57	330,43
Outras receitas	-	226,49
<b>Tributos</b>	<b>(156,13)</b>	<b>(106,23)</b>
ICMS	(0,25)	-
PIS-PASEP	(27,69)	(18,86)
Cofins	(128,19)	(87,37)
ISS	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(1.001,82)</b>	<b>(1.000,94)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(11,94)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(14,45)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(604,68)	(543,50)

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(37,71)	(28,59)
Outros encargos	(359,43)	(402,46)

<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	<b>12.710,82</b>	<b>8.889,31</b>
---	------------------	-----------------

<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(6.002,59)</b>	<b>(2.277,83)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(6.002,59)	(2.277,83)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>6.708,23</b>	<b>6.611,48</b>
--	-----------------	-----------------

<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(5.952,16)</b>	<b>(5.716,23)</b>
Pessoal e administradores	(3.646,52)	(3.607,47)
Material	(262,50)	(341,94)
Serviços de terceiros	(627,44)	(635,61)
Arrendamento e aluguéis	(184,67)	(228,14)
Seguros	-	(0,71)
Doações, contribuições e subvenções	(22,64)	(18,51)
Provisões	(581,12)	9,77
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	64,38	56,33
Tributos	(31,82)	(23,48)
Depreciação e amortização	(494,98)	(499,30)
Gastos diversos	(245,62)	(245,92)

Outras Receitas Operacionais	270,42	14,85
Outras Despesas Operacionais	(189,65)	(196,09)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>756,07</b>	<b>895,25</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.069,94)</b>	<b>(1.048,12)</b>
Despesas financeiras	(1.214,23)	(1.279,34)
Receitas financeiras	144,29	231,22
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>(313,87)</b>	<b>(152,87)</b>
<b>Despesa com impostos sobre os lucros</b>	<b>(11,78)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>	<b>(325,65)</b>	<b>(152,87)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Atribuível aos:</b>		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
<b>Lucro por ação</b>	<b>(5,06)</b>	<b>(2,40)</b>
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(5,06)	(2,40)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Outros resultados abrangentes</b>	2.419,24	2.699,51
Reserva de reavaliação	2.419,24	2.699,51
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>2.419,24</b>	<b>2.699,51</b>
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas Controladores	2.419,24	2.699,51
Acionistas Não Controladores	-	-

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda  
 CNPJ no 31.465.487/0001-01  
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>63,81</b>	<b>(224,55)</b>	<b>2.996,67</b>	<b>-</b>	<b>(292,21)</b>	<b>520,03</b>	<b>(109,53)</b>	<b>-</b>	<b>2.954,22</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	292,21	-	334,08	-	626,29
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	7,88	(297,16)	-	-	-	(7,88)	-	(297,16)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	54,22	-	54,22
Reserva legal	-	-	-	-	-	6,38	-	-	6,38
FATES	-	-	-	-	-	3,19	-	-	3,19
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63,81</b>	<b>(216,67)</b>	<b>2.699,51</b>	<b>-</b>	<b>(0,00)</b>	<b>529,60</b>	<b>270,89</b>	<b>-</b>	<b>3.347,14</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(0,38)	-	-	-	-	-	-	-	(0,38)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	147,06	-	(147,06)	-	-
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	216,67	(280,27)	-	-	-	(216,67)	-	(280,27)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	(147,06)	-	28,34	-	(118,72)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(6,38)	6,38	-	-
FATES	-	-	-	-	-	1,42	(1,42)	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>63,43</b>	<b>0,00</b>	<b>2.419,24</b>	<b>-</b>	<b>(0,00)</b>	<b>524,64</b>	<b>(59,54)</b>	<b>-</b>	<b>2.947,77</b>

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda  
CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)  
(Método Direto)

Notas	Notas	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>1.305,40</b>	<b>1.243,47</b>
1	Fornecimento de Energia	12.661,96	9.094,93
2	Suprimento de Energia	-	-
3	TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
4	Suprimento a Concessionárias	-	-
5	Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
6	Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
7	Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	-	-
8	Outros Recebimentos Operacionais	1.057,80	201,89
9	Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.889,08)	(1.852,47)
10	Fornecedores - Energia Elétrica	(4.972,63)	(1.611,21)
11	Salários e Encargos Sociais	(2.939,06)	(2.705,63)
12	Tributos sobre a Receita - Federais	(795,55)	(254,85)
13	Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(85,24)	(30,57)
14	Tributos sobre o Lucro ( IRPJ / CSLL )		(44,80)
15	Encargos de Transmissão	-	-
16	Demais Encargos Regulatórios	(1.088,35)	(879,28)
17	Outras Despesas Operacionais	(644,45)	(674,54)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(180,55)</b>	<b>(165,21)</b>
18	Aquisição de Participações Societárias	-	-
19	Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
20	Investimentos	-	-

2	Imobilizado	(180,55)	(167,24)
1			
2	Intangível	-	-
2			
2	Participação Financeira do Consumidor	-	-
3			
2	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
4			
2	Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
5			
2	Proventos Recebidos	-	2,03
6			
	<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>1.124,85</b>	<b>1.078,26</b>
	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(954,57)</b>	<b>(1.081,85)</b>
2	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	150,43	1.241,09
7			
2	Empréstimos e Financiamentos Pagos	(1.105,00)	(2.322,94)
8			
2	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
9			
3	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
0			
3	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
1			
3	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
2			
3	Integralização de Capital	-	-
3			
	<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>170,28</b>	<b>(3,59)</b>
	<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>170,28</b>	<b>(3,59)</b>
	<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>170,28</b>	<b>(3,59)</b>
	<b>No início do exercício</b>	<b>2,66</b>	<b>6,25</b>
	<b>No fim do exercício</b>	<b>172,94</b>	<b>2,66</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**2018**

**(REGULATÓRIO)**

**CERES**



## **Notas Explicativas Regulatórias**

### **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

#### **1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Permissionária é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

## **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas estabelecidas a declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

### 3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, conforme apresentado no item 4 das notas explicativas societárias exceto ao que se estabelece abaixo.

**Ativos e passivos financeiros setoriais:** O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a CERES contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão. A partir de exercício de 2015, o IFRS iniciou a aceitação destes ativos e passivos regulatórios desde que fosse assinado aditivo ao Contrato de Permissão, e que os mesmos fossem renomeados para ativos e passivos financeiros setoriais. A CERES, cumprindo as determinações, passou, a partir daquele exercício, a incluir tais lançamentos também em seu balanço societário.

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 02 de abril de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações

monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é

reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

#### 4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2018	Total 2017
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA A VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	1.436,89	-	364,51	18,14	38,14	575,62	(637,51)	40,81	-	-	-	(4,22)	1.832,38	1.421,00
Residencial	476,33	-	181,20	7,35	16,02	28,36	(52,71)	20,80	-	-	-	(4,22)	673,13	559,60
Industrial	18,23	-	10,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28,62	14,93
Comercial	508,88	-	120,34	9,88	21,42	90,79	(112,37)	10,46	-	-	-	-	649,40	547,27
Rural	133,52	-	13,35	0,84	0,70	0,46	(0,46)	1,55	-	-	-	-	149,96	72,37
Poderes Públicos	6,45	-	8,19	-	-	3,00	(3,04)	8,00	-	-	-	-	22,60	14,70
Iluminação Pública	24,99	-	26,03	0,07	-	452,83	(466,99)	-	-	-	-	-	36,93	113,96
Serviço Público	3,42	-	5,01	-	-	0,18	(0,18)	-	-	-	-	-	8,43	0,31
Serviço Taxado	7,52	-	-	-	-	-	(1,76)	-	-	-	-	-	5,76	6,23
Fornecimento Não Faturado	257,55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257,55	91,64
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Não Faturado														
Total	1.436,89	-	364,51	18,14	38,14	575,62	(637,51)	40,81	-	-	-	(4,22)	1.832,38	1.421,00

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
  - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
  - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
  - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2018 houve realização da provisão, de 989 faturas, no valor total de R\$/mil 91,88, as quais foram “levadas à reserva” por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

## 5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	14.746,19	625,37	(269,08)	-	(194,74)	14.907,74	356,29	(6.918,31)	7.989,43	8.027,87	-	-	-
Terrenos	101,84	-	-	-	-	101,84	-	-	101,84	101,84	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	252,56	-	-	-	-	252,56	-	(99,02)	153,54	161,95	-	-	-
Máquinas e equipamentos	13.699,35	624,58	(125,28)	-	(194,74)	14.003,91	499,30	(6.307,66)	7.696,25	7.700,44	-	-	-
Veículos	613,77	-	(143,80)	-	-	469,97	(143,80)	(446,56)	23,41	47,27	-	-	-
Móveis e utensílios	78,67	0,79	-	-	-	79,46	0,79	(65,07)	14,39	16,37	-	-	-
<b>Administração</b>	693,68	21,82	-	-	-	715,50	21,82	(334,48)	381,02	383,08	-	-	-

Terrenos	52,08	-	-	-	-	52,08	-	-	52,08	52,08	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	505,49	-	-	-	-	505,49	-	(218,93)	286,56	303,40	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10,47	21,82	-	-	-	32,29	21,82	(8,24)	24,05	4,62	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	125,64	-	-	-	-	125,64	-	(107,31)	18,33	22,98	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>15.439,87</b>	<b>647,19</b>	<b>(269,08)</b>	<b>-</b>	<b>(194,74)</b>	<b>15.623,24</b>	<b>378,11</b>	<b>(7.252,79)</b>	<b>8.370,45</b>	<b>8.410,95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	644,85	670,11	-	(625,37)	-	689,59	44,74	-	689,59	644,85	-	-	-
Máquinas e equipamentos	223,67	561,16	-	(624,58)	-	160,25	(63,42)	-	160,25	223,67	-	-	-
Outros	421,18	108,95	-	(0,79)	-	529,34	108,16	-	529,34	421,18	-	-	-
<b>Administração</b>	4,12	24,02	-	(21,82)	-	6,32	2,20	-	6,32	4,12	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	21,82	-	(21,82)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	4,12	2,20	-	-	-	6,32	2,20	-	6,32	4,12	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>648,97</b>	<b>694,13</b>	<b>-</b>	<b>(647,19)</b>	<b>-</b>	<b>695,91</b>	<b>46,94</b>	<b>-</b>	<b>695,91</b>	<b>648,97</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>16.088,84</b>	<b>1.341,32</b>	<b>(269,08)</b>	<b>(647,19)</b>	<b>(194,74)</b>	<b>16.319,15</b>	<b>425,05</b>	<b>(7.252,79)</b>	<b>9.066,36</b>	<b>9.059,92</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em	Valor Líquido em
----------------------	----------------	-------------	------------	-------------------	-------------	----------------	------------------	-----------------------	------------------	------------------



	31/12/2017					31/12/2018	(A)-(B)+(C)		31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Distribuição</b>	221,36	-	-	-	-	221,36	-	(213,07)	8,29	21,49
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	221,36	-	-	-	-	221,36	-	(213,07)	8,29	21,49
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	16,33	-	-	-	-	16,33	-	(11,84)	4,49	7,09
Softwares	16,33	-	-	-	-	16,33	-	(11,84)	4,49	7,09
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>237,69</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>237,69</b>	<b>-</b>	<b>(224,91)</b>	<b>12,78</b>	<b>28,58</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Distribuição</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>237,69</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>237,69</b>	<b>-</b>	<b>(224,91)</b>	<b>12,78</b>	<b>28,58</b>

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Liquidadas (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	13.699,35	624,58	(125,29)	-	(194,74)	14.003,90	499,29
Transformador de Distribuição	3.067,07	128,75	(34,39)	-	(53,45)	3.107,98	94,36
Medidor	940,30	76,38	(17,92)	-	(27,85)	970,91	58,46
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.362,05	272,42	(36,20)	-	(56,27)	2.542,01	236,22

Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.329,93	147,03	(36,78)	-	(57,17)	7.383,01	110,25
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(1.039,65)</b>	<b>(1,56)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.041,21)</b>	<b>(1,56)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	(908,11)	(1,56)	-	-	-	(909,67)	(1,56)
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>(131,54)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(131,54)</b>	<b>-</b>
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(113,17)	-	-	-	-	(113,17)	-
Excedente de reativos	(18,37)	-	-	-	-	(18,37)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2018		
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada
Em serviço			
<b>Distribuição</b>	<b>0,07</b>	<b>14.907,72</b>	<b>(6.918,30)</b>
Custo histórico	3,49%	8.274,66	(2.704,48)
Reavaliação	3,11%	6.633,06	(4.213,82)
<b>Administração</b>	<b>0,03</b>	<b>715,51</b>	<b>(334,48)</b>
Custo histórico	3,33%	715,51	(334,48)
Reavaliação	-	-	-
<b>Em curso</b>	<b>-</b>	<b>695,91</b>	<b>-</b>
Distribuição	-	689,59	-

Administração	-	6,32	-
---------------	---	------	---

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	48,33	13,22	70,93	-	-	27,57	160,05
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	7,07	6,87	-	-	-	-	13,94
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	425,70	-	-	-	-	-	425,70
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	89,90	-	-	-	-	-	89,90
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das Adições</b>	<b>571,00</b>	<b>20,09</b>	<b>70,93</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27,57</b>	<b>689,59</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação	
Distribuição	
Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67

Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35
<b>Administração central</b>	-
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. CONSTRUÇÃO COM UMA DIVISÓRIA EM ALVENARIA, SENDO UMA O LOCAL DE MEDIÇÃO E A OUTRA A LOCALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DE MÉDIA TENSÃO	22,62
CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. LOCALIZADO PRÓXIMO AO PÓRTICO DA SERRINHA COM A CONSTRUÇÃO POSSUINDO DIVISÓRIA EM ALVENARIA, SENDO UMA O LOCAL DE MEDIÇÃO	16,16
CONJ. MEDICAO 15 KV CMT 15150	13,25

CABO DE ALUMÍNIO, PROTEGIDO XLPE, BITOLA 2 AWG, MONOFÁSICO	11,35
CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x50+50MM², TRIFÁSICO	10,74
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11 METROS 300 DAN	9,02
TRANSFORMADOR DE POTENCIAL 500 VA G1 15KV 13800-115V EXT.	8,93
CABO QUADRUPLEX 95 + 70 NEUTRO NU	8,42
POWERNET P-600 G4 UPGRADE	8,08
POWERNET P-600 G4 UPGRADE	8,08

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
MEDIDOR ION 8000 C ( MODELOS - SMF)	19,30
CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. CONSTRUÇÃO COM UMA DIVISÓRIA EM ALVENARIA, SENDO UMA O LOCAL DE MEDIÇÃO E A OUTRA A LOCALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DE MÉDIA TENSÃO	17,04
CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. CONSTRUÇÃO COM UMA DIVISÓRIA EM ALVENARIA, SENDO UMA O LOCAL DE MEDIÇÃO E A OUTRA A LOCALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DE MÉDIA TENSÃO	12,82

CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. CONSTRUÇÃO COM UMA DIVISÓRIA EM ALVENARIA, SENDO UMA O LOCAL DE MEDIÇÃO E A OUTRA A LOCALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DE MÉDIA TENSÃO	5,65
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 75 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	2,01
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 75 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	2,01
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 75 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	2,01
TRANSFORMADOR 5KVA B 13800/254-127V	1,78
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 10 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,69
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 15 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,69

## 6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

### a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERES não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2018.

## **b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

### **i) Programas sociais e governamentais**

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

### **ii) Quota parte de energia nuclear**

A CERES não é quotista do Programa de Energia do Brasil – ELETRONUCLEAR.

### **iii) Neutralidade da Parcela A**

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

### **iv) Sobrecontratação**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

### **v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária**

Em 2018 não tivemos diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária, exceto aos Itens Financeiros comumente publicadas em cada reajuste ou revisão tarifária.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

<b>Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Valores em Amortização</b>	<b>Valores em Constituição</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.199,76</b>	<b>69,01</b>	<b>(1.595,41)</b>	<b>2,62</b>	<b>809,82</b>	<b>485,80</b>	<b>414,17</b>	<b>71,63</b>	<b>485,80</b>	<b>-</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	37,65	69,01	(17,12)	2,62	(20,53)	71,63	-	71,63	71,63	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	504,53	-	(229,33)	-	(275,20)	-	-	-	-	-
Outros	657,58	-	(1.348,96)	-	1.105,55	414,17	414,17	-	414,17	-
<b>(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.199,76</b>	<b>69,01</b>	<b>(1.595,41)</b>	<b>2,62</b>	<b>809,82</b>	<b>485,80</b>	<b>414,17</b>	<b>71,63</b>	<b>485,80</b>	<b>-</b>

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

<b>Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Valores em Amortização</b>	<b>Valores em Constituição</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>532,00</b>	<b>69,95</b>	<b>(535,53)</b>	<b>11,93</b>	<b>101,39</b>	<b>179,74</b>	<b>97,85</b>	<b>81,89</b>	<b>179,74</b>	<b>-</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	383,63	69,95	(197,68)	11,93	(178,18)	89,65	7,76	81,89	89,65	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Outros	148,37		(337,85)		279,57	90,09	90,09	-	90,09	-
--------	--------	--	----------	--	--------	-------	-------	---	-------	---

<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>532,00</b>	<b>69,95</b>	<b>(535,53)</b>	<b>11,93</b>	<b>101,39</b>	<b>179,74</b>	<b>97,85</b>	<b>81,89</b>	<b>179,74</b>	<b>-</b>
---	---------------	--------------	-----------------	--------------	---------------	---------------	--------------	--------------	---------------	----------

## 7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	2020	2021	2022	2023	2024	2025 +	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	341,04	-	341,04	-	-	-	-	125,22 %	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Provisória de Encargos de Emprést. e Financiamentos	-	(138,28)	-	(138,28)	Sim	-	Não há	Diversos	-	-	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHEQUE ESPECIAL BANCO SANTANDER	-	0,43	-	0,43	Sim	-	Não há	Diversos	-	-	Mensal	-	-	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-
EMPRÉSTIMO BANCO SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ (B57530161)	-	268,78	-	268,78	Sim	25/06/2015	Não há	Diversos	25,93 %	05/01/2019	Mensal	05/01/2019	05/07/2019	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-
PARCELAMENTO BANCO ITAÚ	-	27,70	-	27,70	Sim	10/03/2016	Não há	Diversos	64,80 %	11/01/2019	Mensal	11/01/2019	11/03/2019	Mensal	Outro, especific. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
EMPRÉSTIMO CAPITAL DE GIRO 12050 - BANCO SANTANDER	-	182,41	-	182,41	Sim	28/11/2018	Não há	Diversos	34,49 %	24/01/2019	Mensal	24/01/2019	24/03/2019	Mensal	Outro, especific. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	185,43	476,52	661,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	185,43	476,52	661,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202,55	202,55	145,05	33,40	22,44	110,33	716,32
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSS-RFB 2014	-	38,17	-	38,17	Sim	03/10/2014	Não há	Diversos	-	31/01/2019	Mensal	31/01/2019	30/09/2019	Mensal	Outro, especific. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
PARCELAMENTO ESPECIAL INSS - LEI 12.996/14 - PGFN	-	7,44	73,75	81,19	Sim	22/08/2014	Não há	Diversos	-	31/01/2019	Mensal	31/01/2019	30/11/2029	Mensal	Outro, especific. no cronograma	22,44	22,44	22,44	22,44	22,44	110,33	222,53
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSS-RFB 2017	-	30,44	84,16	114,60	Sim	04/04/2017	Não há	Diversos	-	02/01/2019	Mensal	02/01/2019	01/03/2022	Mensal	Outro, especific. no cronograma	46,54	46,54	11,64	-	-	-	104,72

PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO - 19/09/2017	-	55,48	147,93	203,41	Sim	19/09/2017	Não há	Diversos	-	31/01/2019	Mensal	31/01/2019	31/08/2022	Mensal	Outro, especific. no cronograma	67,79	67,79	45,19	-	-	-	180,77
PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO - 02/03/2018		53,90	170,68	224,58	Sim	02/03/2018	Não há	Diversos	-	31/01/2019	Mensal	31/01/2019	28/02/2023	Mensal	Outro, especific. no cronograma	65,78	65,78	65,78	10,96	-	-	208,30
<b>Estado</b>	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Estado 01	-			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Município</b>	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
<b>Dívidas com Fundo de Pensão</b>	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dívidas com Agentes do Setor</b>	-	1.369,06	1.051,28	2.420,34					-							1.051,28	-	-	-	-	-	1.051,28
Renegociação 01 (AMPLA)	-	1.369,06	1.051,28	2.420,34	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.051,28	-	-	-	-	-	1.051,28
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mútuos Passivos</b>	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Diversos</b>	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total por Dívida</b>	-	1.895,53	1.527,80	3.423,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.253,83	202,55	145,05	33,40	22,44	110,33	1.767,60
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	341,04	-	341,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	185,43	476,52	661,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	1.369,06	1.051,28	2.420,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.051,28	-	-	-	-	-	1.051,28
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequencia Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequencia de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2017	2018	2019	2020	2021	2022+	Total		
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	-	172,94	-	172,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	0,35	0,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TÍTULO - SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ	-	-	0,35	0,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
<b>Dívida Bruta</b>	-	1.895,53	1.527,80	3.423,33	11.905,17
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional		341,04	-	341,04	978,25
Tributária		185,43	476,52	661,95	4.321,81
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais				-	3.344,97
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	1.369,06	1.051,28	2.420,34	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-		-	-	3.260,14
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
<b>Ativos Financeiros</b>	-	(172,94)	(0,35)	(173,29)	(2,66)
Alta Liquidez	-	(172,94)	-	(172,94)	(2,66)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(0,35)	(0,35)	
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
<b>Dívida Líquida</b>	-	1.722,59	1.527,45	3.250,04	11.902,52

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERES não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2017 e 2018.

## 9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>52,45</b>	<b>33,84</b>	-	-	-	<b>5,50</b>	<b>91,78</b>
Constituição	466,22	815,70	-	-	-	22,11	<b>1.304,03</b>
Baixas/reversão	(129,94)	(26,13)	-	-	-	-	<b>(156,07)</b>
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>388,73</b>	<b>823,41</b>	-	-	-	<b>27,61</b>	<b>1.239,74</b>

## 10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	<b>11,82%</b>	<b>(909,67)</b>	-	-	<b>(909,67)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,94%	(58,07)	-	-	<b>(58,07)</b>
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,94%	(783,60)	-	-	<b>(783,60)</b>
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,94%	(68,00)	-	-	<b>(68,00)</b>
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>7,86%</b>	<b>(131,54)</b>	-	-	<b>(131,47)</b>
Ultrapassagem de demanda	3,94%	(113,17)	-	-	<b>(113,13)</b>
Excedente de reativos	3,92%	(18,37)	-	-	<b>(18,33)</b>
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>0,00%</b>	<b>79,25</b>	-	-	<b>79,25</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	8,85	-	-	<b>8,85</b>

Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		58,19	-	-	<b>58,19</b>
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		12,21	-	-	<b>12,21</b>
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	<b>5,61</b>	-	-	<b>5,61</b>
Ultrapassagem de demanda	-	4,83	-	-	<b>4,83</b>
Excedente de reativos	-	0,78	-	-	<b>0,78</b>
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0,00%</b>	<b>(956,35)</b>	-	-	<b>(956,28)</b>

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
<b>Obrigações Especiais - R\$ Mil</b>										
<b>Em serviço</b>	<b>(908,11)</b>	<b>(1,56)</b>	-	-	-	<b>(909,67)</b>	<b>(1,56)</b>	<b>79,25</b>	<b>(830,42)</b>	<b>(231,85)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(58,07)	-	-	-	-	(58,07)	-	8,85	(49,22)	(46,41)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(782,04)	(1,56)	-	-	-	(783,60)	<b>(1,56)</b>	58,19	(725,41)	(124,29)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	-	-	-	-	(68,00)	-	12,21	(55,79)	(61,15)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>(131,54)</b>	-	-	-	-	<b>(131,54)</b>	-	<b>5,61</b>	<b>(125,93)</b>	-
Ultrapassagem de demanda	(113,17)	-	-	-	-	(113,17)	-	4,83	(108,34)	-
Excedente de reativos	(18,37)	-	-	-	-	(18,37)	-	0,78	(17,59)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.039,65)</b>	<b>(1,56)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.041,21)</b>	<b>(1,56)</b>	<b>84,86</b>	<b>(956,35)</b>	<b>(231,85)</b>

	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
<b>Obrigações Especiais - R\$ Mil</b>										
<b>Em Curso</b>	<b>(0,10)</b>	<b>(1,56)</b>	<b>-</b>	<b>1,56</b>	<b>-</b>	<b>(0,10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(0,10)</b>	<b>(0,10)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(1,56)	-	1,56	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(0,10)	-	-	-	-	(0,10)	-	-	(0,10)	(0,10)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>(34,21)</b>	<b>(74,26)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(108,47)</b>	<b>(74,26)</b>	<b>-</b>	<b>(108,47)</b>	<b>(34,21)</b>
Ultrapassagem de demanda	(31,26)	(62,09)	-	-	-	(93,35)	(62,09)	-	(93,35)	(31,26)
Excedente de reativos	(2,95)	(12,17)	-	-	-	(15,12)	(12,17)	-	(15,12)	(2,95)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(34,31)</b>	<b>(75,82)</b>	<b>-</b>	<b>1,56</b>	<b>-</b>	<b>(108,57)</b>	<b>(74,26)</b>	<b>-</b>	<b>(108,57)</b>	<b>(34,31)</b>

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Imobilização de transformador 10KVA bifásico 230/115v	1,56


Não houveram baixas nas Obrigações Especiais nos exercícios de 2018 e 2017.

Obrigações Especiais controladas por data de imobilização:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Em Serviço</b>			
<b>Participação da União, Estados e Municípios</b>			
<b>Participação Financeira do Consumidor</b>	<b>(58,07)</b>	<b>8,85</b>	<b>(49,22)</b>
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(39,86)	8,13	(31,73)
Data de aquisição: 02/12/2016	(11,24)	0,65	(10,59)
Data de aquisição: 31/07/2017	(0,40)	0,01	(0,39)
Data de aquisição: 01/11/2017	(6,56)	0,06	(6,50)
<b>Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido</b>	<b>(783,60)</b>	<b>58,19</b>	<b>(725,41)</b>
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(129,66)	39,18	(90,48)
Data de aquisição: 31/05/2016	(2,33)	0,32	(2,01)
Data de aquisição: 01/10/2016	(1,42)	0,15	(1,27)
Data de aquisição: 01/12/2016	(4,30)	0,38	(3,92)
Data de aquisição: 01/07/2017	(4,93)	0,24	(4,69)
Data de aquisição: 01/08/2017	(4,94)	0,17	(4,77)
Data de aquisição: 30/09/2017	(633,05)	17,60	(615,45)
Data de aquisição: 01/11/2017	(1,41)	0,02	(1,39)
Data de aquisição: 28/02/2018	(1,56)	0,13	(1,43)
<b>Programa de Eficiência Energética - PEE</b>			
<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>	<b>(68,00)</b>	<b>12,21</b>	<b>(55,79)</b>
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(68,00)	12,21	(55,79)
<b>Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica</b>			
<b>Valores Pendentes de Recebimento</b>			
<b>Valores Não Aplicados</b>			
<b>Outros</b>			
<b>Ultrapassagem de demanda</b>	<b>(113,17)</b>	<b>4,83</b>	<b>(108,34)</b>
Data de aquisição: 01/12/2017	(113,17)	4,83	(108,34)
<b>Excedente de reativos</b>	<b>(18,37)</b>	<b>0,78</b>	<b>(17,59)</b>
Data de aquisição: 01/12/2017	(18,37)	0,78	(17,59)
<b>Diferença das perdas regulatórias</b>			



Outros			
<b>Total</b>	<b>(1.041,21)</b>	<b>84,86</b>	<b>(956,35)</b>

## 11. Patrimônio Líquido

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63.429,62 (Reais/mil), composto por 6.342.962 quotas com valor nominal conforme quadro a seguir, vejamos:

<b>CONSELHO ADMINISTRATIVO 2018</b>		
<b>NOME</b>	<b>Nº DE QUOTAS</b>	<b>Percentual s/Capital</b>
Moisés Ismael Maciel	1000	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	1000	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	1000	0,02%
Walbia Ferreira da Luz	3000	0,05%
Magno Lopes Pestana	2500	0,04%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	1000	0,02%
José Fernando de Faria	2500	0,04%
<b>Sub total</b>	<b>12000</b>	<b>0,19%</b>
<b>CONSELHO FISCAL 2018</b>		
<b>NOME</b>	<b>Nº DE QUOTAS</b>	<b>Percentual s/Capital</b>
Vera Lúcia Miranda Assis Queiroz	3000	0,05%
Anísio Rodrigues da Costa	1500	0,02%
Vander Leite Gomes	1000	0,02%
Hermes Lima Klug	1500	0,02%
Agnaldo Timóteo da Conceição Santana	1000	0,02%
José Donizete de Oliveira	1000	0,02%
<b>Sub Total</b>	<b>9000</b>	<b>0,14%</b>
<b>DEMAIS COOPERADOS 2018</b>		
Demais Cooperados Totalizando 2.860 Cotistas	6.321.962	99,67%
<b>Total geral</b>	<b>6.342.962</b>	<b>100,00%</b>

### Reservas de Capital

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	0,00	-216,67

<b>Total</b>	-	<b>(216,67)</b>
--------------	---	-----------------

### Reservas de Sobras

	2018	2017
Reserva legal	-	6,38
Lucros a realizar	-	-
FATES	524,64	523,22
Reservas Estatutárias	-	-
<b>Total</b>	<b>524,64</b>	<b>529,60</b>

	2018	2017
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>2.419,24</b>	<b>2.699,51</b>
<b>Capital Social</b>	<b>63,43</b>	<b>63,81</b>
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Sobras e Perdas a Disposição da Assembléia</b>	<b>-59,54</b>	<b>270,89</b>

<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.947,77</b>	<b>3.347,14</b>
------------------------------------	-----------------	-----------------

EM FUNÇÃO DAS PERDAS ACUMULADAS NO EXERCÍCIO, E, EM CONSONÂNCIA COM A LEI 5764/71, NÃO HOUVE COMPOSIÇÃO DE RESERVAS DE SOBRAS NO EXERCÍCIO DE 2018

## 12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>4.984</b>	<b>4.901</b>	<b>18.401,58</b>	<b>18.468,17</b>	<b>12.252,81</b>	<b>9.709,29</b>
Residencial	4.100	4.028	7.754,23	7.780,57	5.960,57	4.376,05
Industrial	4	4	232,12	220,51	180,35	126,80
Comercial	574	568	6.947,80	7.008,12	5.393,18	3.999,97
Rural	276	274	1.955,05	1.816,52	5,00	670,92
Poder público	18	17	142,95	111,56	111,90	64,68
Iluminação pública	9	9	1.289,56	1.528,30	547,81	469,58
Serviço público	3	1	79,87	2,59	54,00	1,29
<b>Suprimento Faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.633,19</b>	<b>8.700,63</b>

Consumidores Cativos	-	-	-	-	9.633,19	8.700,63
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Transferências</b>	-	-	-	-	<b>(9.707,45)</b>	<b>(8.749,33)</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(53,15)	(45,09)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(21,11)	(3,61)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(9.633,19)	(8.700,63)
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	-	-	-	-	<b>165,91</b>	<b>(8,42)</b>
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	417,98	226,49
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	402,92	(274,49)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	39,01	45,05
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	505,57	330,43
<b>Total</b>	<b>4.984</b>	<b>4.901</b>	<b>18.401,58</b>	<b>18.468,17</b>	<b>12.873,98</b>	<b>9.979,65</b>

### 13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2018 e 2017, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

### 14. Pessoal e Administradores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Pessoal</b>	<b>3.051,71</b>	<b>2.941,28</b>
Remuneração	1.896,08	1.778,64
Encargos	734,26	816,18
Previdência privada - Corrente	-	-

Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	117,10	39,39
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	303,60	304,65
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	0,67	2,42
<b>Administradores</b>	<b>594,81</b>	<b>671,02</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	594,51	669,58
Benefícios dos administradores	0,30	1,44
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>3.646,52</b>	<b>3.612,30</b>

### 15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	(313,87)	63,79
Ajustes Efeitos IFRS	206,93	(216,67)
<b>Lucro Ajustado</b>	<b>(106,94)</b>	<b>(152,88)</b>
Ajustes Lalur	156,01	(114,16)
<b>Base de Cálculo Fiscal (ATO NÃO COOPERADO)</b>	<b>49,07</b>	<b>(267,04)</b>
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	11,78	-
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-

Compensação da CSLL e com a COFINS	-	-
Outros	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>11,78</b>	<b>-</b>

## 16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da CERES ser uma Permissionária, onde apenas operamos nas atividades de Distribuição e Administração, somos dispensados da apresentação dessa Demonstração. Por esse motivo justificamos a ausência deste quadro.

## 17. Revisão e Reajustes Tarifários

### 17.1. Revisão Tarifária Periódica

Para realização do processo da Segunda Revisão Tarifária Periódica (RTP) das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a Aneel levou em consideração a necessidade de aprimoramento do modelo estabelecido e utilizado no primeiro ciclo de 2012, conforme o módulo 8 do Proret – Procedimento de Regulação Tarifária.

Para isso, em 20/10/2015, foi aberta a Audiência Pública nº 062/2015 para recebimento de contribuições acerca de propostas de alterações tendo como referência, dentre outros objetivos, a simplificação da metodologia e a possibilidade de opção para que os agentes aderissem ao novo procedimento, ou permanecesse no modelo de 2012.

Para acomodar o processo transitório entre o término da nova modelagem e o início das datas de aniversário dos reajustes tarifários das permissionárias, a Aneel promoveu a prorrogação das tarifas vigentes, e no caso da Ceres foi feito através da Resolução Homologatória nº 2.024, de 15/03/2016, até que fosse realizado seu processamento em definitivo.

Na conclusão da Audiência Pública nº 062/2015, houve a publicação da Resolução Normativa nº 704 de 23/03/2016 aprovando os ajustes dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 que tratam das regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias, bem como acrescentou o Submódulo denominado de 8.4, e ainda, a minuta do termo aditivo ao contrato de permissão que teve o prazo de 120 dias para definição e a respectiva assinatura dos agentes envolvidos.

Assim, a Ceres com data do processo tarifário programado para acontecer no curso do prazo dos 120 dias, teve mantida suas tarifas que estavam vigentes desde 2015, e nesse prazo, também pudesse avaliar optar por assinar o novo termo aditivo ou permanecer nas metodologias dos submódulos 8.1 e 8.2.

Conforme as avaliações internas da empresa e orientações de consultoria externa, a nova regra (Proret 8.4) traria maior liberdade para propor uma receita de Parcela B (cobertura de custos

operacionais, investimentos e reservas), além de eliminar um passivo regulatório relevante originário do primeiro ciclo de revisão, e que deixaria de ser compensado nos processos subsequentes. Neste contexto, a CERES optou por celebrar o termo aditivo, aderindo ao novo modelo metodológico (submódulo 8.4) em 14/07/2016.

Com isso, além da nova metodologia para se propor os valores de receita requerida na composição da Parcela B, houve também o aceite da alteração da data para o reajuste e revisão tarifária contratual subsequentes de 22/03 para 29/04.

No entendimento e avaliação geral da Aneel, considerando as novas condições do termo aditivo, as permissionárias que fizessem a adesão, aceitariam que as tarifas vigentes estavam condizentes para sustentar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão, e assim decidiu através da Resolução Homologatória nº 2.134, de 30/08/2016, por prorrogar a vigência da Resolução Homologatória nº 2.024, citada anteriormente, até a data do próximo reajuste tarifário em 28/04/2017.

Apesar disso, a Ceres em função de necessidade específica visando melhorar sua condição financeira, fez o encaminhamento de pleito da segunda revisão tarifária, nos moldes da nova metodologia do Preret 8.4, através do ofício nº 070 de 14/09/2016, com expectativa de alteração nas tarifas com percentual positivo da ordem de 21%, ao qual não foi atendida.

Desta forma, com a publicação da Resolução Homologatória nº 2.228 de 25 de abril de 2017, a Aneel tornou definitivas as tarifas anteriormente prorrogadas e concluiu o processo da Segunda Revisão Periódica que estava pendente desde 2 de Março de 2016.

### **17.2. Reajuste Tarifário Anual**

Em 24 de abril de 2018, através da Resolução Homologatória ANEEL 2389/2018, foi determinado à CERES o reajuste de suas tarifas com os seguintes efeitos: 2,19% de variação econômica, 9,09% de itens financeiros, 11,28% referente às variações econômica e financeira, que resultaram em um efeitos a ser sentido pelo consumidor na ordem de 10,37%. O presente reajuste vigorará até o dia 28/04/2019.

### **17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória**

Para a avaliação dos ativos das Permissionárias vinculados à Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser descartada, uma vez que as Permissionárias possuem um processo simplificado que recalcula a base de remuneração a cada revisão tarifária;
- b) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração, líquidas da depreciação acumulada proporcional;

- c) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- d) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, o presente laudo, quando composto pela Empresa pelos procedimentos determinados no Submódulo 8.1 do PRORET, já estão automaticamente aprovados.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	10.783,86
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	33,07
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.176,16
<b>(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>9.574,64</b>
(6) Depreciação Acumulada	4.379,52
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	32,35
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	33,07
(13) Terrenos e Servidões	-
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)</b>	<b>6.403,63</b>
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	382,99
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
<b>22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)</b>	<b>241,42</b>

#### 17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	648,11
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	162,03
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	162,03
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	324,05
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	8,86
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	26,20
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	67,25
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	<b>102,31</b>

### 17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras no CRTP vigente. Quando da revisão tarifária de cada Concessionária ou Permissionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

No ciclo de revisão tarifária que está a CERES, tais parâmetros estão sendo analisados em função do cumprimento das metas de continuidade e qualidade, e, quando esses não forem cumpridos, será acionada a verificação acima.

### 17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, e, Módulo 8 do PRORET que trata da revisão e reajustes das permissionárias de distribuição de energia elétrica, nosso último reajuste tarifário pode ser sintetizado conforma a tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens



da receita requerida da Permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Reajuste	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
<b>1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>1.028,31</b>	<b>4.864,51</b>	<b>5.232,10</b>	<b>4025,43%</b>	<b>50,19%</b>	<b>41,61%</b>
<b>1.1. Encargos Setoriais</b>	<b>671,55</b>	<b>685,13</b>	<b>854,03</b>	<b>369,85%</b>	<b>43,99%</b>	<b>6,79%</b>
RGR	134,71	-	-	-	-	-
CCC	210,01	-	-	-	-	-
TFSEE	27,89	36,09	38,79	0,29	7,50%	0,31%
CDE	153,70	506,35	665,27	2,29	31,38%	5,29%
PROINFA	67,62	142,69	149,97	1,11	5,11%	1,19%
P&D (Eficiência Energética)	77,63	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
<b>1.2. Transmissão</b>	<b>56,88</b>	<b>1.728,03</b>	<b>1.616,48</b>	<b>2938,13%</b>	<b>-6,46%</b>	<b>12,86%</b>
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	56,88	1.728,03	1.616,48	2938,13%	-6,46%	12,86%
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>1.3. Compra de Energia</b>	<b>299,88</b>	<b>2.451,35</b>	<b>2.761,59</b>	<b>717,45%</b>	<b>12,66%</b>	<b>21,96%</b>
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	299,88	2.451,35	2.761,59	717,45%	12,66%	21,96%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
<b>2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)</b>	<b>3.825,92</b>	<b>5.467,93</b>	<b>7.341,90</b>	<b>42,92%</b>	<b>34,27%</b>	<b>58,39%</b>
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	3.825,92	5.467,93	7.341,90	42,92%	34,27%	58,39%
3. Reposicionamento Econômico	-26,20%	-	2,19%	-	-	-
4. Componentes Financeiros	2,61%	-	9,09%	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	-23,58%	-	11,28%	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	1,63%	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	-	-	10,37%	-	-	-

## 18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a CERES seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Nota	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>13.868,77</b>	<b>46,95</b>	<b>13.915,72</b>	<b>9.996,49</b>	<b>14,40</b>	<b>10.010,89</b>
Fornecimento de energia elétrica		3.706,06	-	3.706,06	968,38	-	968,38
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		9.633,19	-	9.633,19	8.700,63	-	8.700,63
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(15,06)	-	(15,06)	(274,49)	-	(274,49)
Serviços cobráveis		39,01	-	39,01	45,05	-	45,05
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		505,57	-	505,57	330,43	-	330,43
Outras receitas vinculadas		-	46,95	46,95	226,49	14,40	240,89
<b>Tributos</b>		<b>(156,13)</b>	<b>-</b>	<b>(156,13)</b>	<b>(106,23)</b>	<b>-</b>	<b>(106,23)</b>
ICMS		(0,25)	-	(0,25)	-	-	-
PIS-PASEP		(27,69)	-	(27,69)	(18,86)	-	(18,86)
Cofins		(128,19)	-	(128,19)	(87,37)	-	(87,37)
ISS		-	-	-	-	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(1.001,82)</b>	<b>-</b>	<b>(1.001,82)</b>	<b>(1.000,94)</b>	<b>-</b>	<b>(1.000,94)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	(11,94)	-	(11,94)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(604,68)	-	(604,68)	(543,50)	-	(543,50)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	(14,45)	-	(14,45)
Taxa de fiscalização		(37,71)	-	(37,71)	(28,59)	-	(28,59)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(359,43)	-	(359,43)	(402,46)	-	(402,46)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>12.710,82</b>	<b>46,95</b>	<b>12.757,77</b>	<b>8.889,31</b>	<b>14,40</b>	<b>8.903,71</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(6.002,59)</b>	<b>-</b>	<b>(6.002,59)</b>	<b>(2.277,83)</b>	<b>-</b>	<b>(2.277,83)</b>

Energia elétrica comprada para revenda	(5.858,35)	-	(5.858,35)	(2.132,53)	-	(2.132,53)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(144,24)	-	(144,24)	(145,30)	-	(145,30)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>6.708,23</b>	<b>46,95</b>	<b>6.755,18</b>	<b>6.611,48</b>	<b>14,40</b>	<b>6.625,88</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(5.952,16)</b>	<b>159,98</b>	<b>(5.792,18)</b>	<b>(5.716,23)</b>	<b>202,26</b>	<b>(5.513,97)</b>
Pessoal e administradores (inclui 594,81 de remuneração a administradores)	(3.646,52)	-	(3.646,52)	(3.607,47)	-	(3.607,47)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(262,50)	-	(262,50)	(341,94)	-	(341,94)
Serviços de terceiros	(627,44)	-	(627,44)	(635,61)	-	(635,61)
Arrendamento e aluguéis	(184,67)	-	(184,67)	(228,14)	-	(228,14)
Seguros	-	-	-	(0,71)	-	(0,71)
Doações, contribuições e subvenções	(22,64)	-	(22,64)	(18,51)	-	(18,51)
Provisões	(581,12)	-	(581,12)	9,77	-	9,77
Recuperação de despesas	64,38	-	64,38	56,33	-	56,33
Tributos	(31,82)	-	(31,82)	(23,48)	-	(23,48)
Depreciação e amortização	(494,98)	206,93	(288,05)	(499,30)	216,67	(282,63)
Gastos diversos da atividade vinculada	(245,62)	(46,95)	(292,57)	(245,92)	(14,40)	(260,33)
Outras Receitas Operacionais	270,42	-	270,42	14,85	-	14,85
Outras Gastos Operacionais	(189,65)	-	(189,65)	(196,09)	-	(196,09)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>756,07</b>	<b>206,93</b>	<b>963,00</b>	<b>895,25</b>	<b>216,67</b>	<b>1.111,91</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.069,94)</b>	<b>-</b>	<b>(1.069,94)</b>	<b>(1.048,12)</b>	<b>-</b>	<b>(1.048,12)</b>
Despesas financeiras	(1.214,23)	-	(1.214,23)	(1.279,34)	-	(1.279,34)
Receitas financeiras	144,29	-	144,29	231,22	-	231,22
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>(313,87)</b>	<b>206,93</b>	<b>(106,94)</b>	<b>(152,88)</b>	<b>216,67</b>	<b>63,79</b>
Despesa com impostos sobre os lucros	(11,78)	-	(11,78)	-	-	-
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>	<b>(325,65)</b>	<b>206,93</b>	<b>(118,72)</b>	<b>(152,88)</b>	<b>216,67</b>	<b>63,79</b>
<b>Operações descontinuadas</b>						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(325,65)</b>	<b>206,93</b>	<b>(118,72)</b>	<b>(152,88)</b>	<b>216,67</b>	<b>63,79</b>
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro por ação</b>						
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(5,06)	3,22	(1,84)	(2,40)	3,40	1,00

diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-

## 18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

## 18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

## 18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que, para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

## 18.4. Imobilizado

### 18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

### 18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

## 18.5. Intangível

### 18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

### **18.5.2. Depreciação**

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

## **18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

### **18.6.1. Reavaliação compulsória**

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

### **18.6.2. Amortização**

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

## **18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

### **18.7.1. Ativo financeiro**

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

### **18.7.2. Ativo intangível**

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

### **18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)**

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

### **18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)**

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

### **18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)**

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

#### 18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017
<b>Saldos no final do exercício (societário)</b>	<b>528,53</b>	<b>647,64</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>2.419,24</b>	<b>2.699,51</b>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	6.633,06	2.699,51
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(4.213,82)	
Reserva de Capital - Efeitos IFRS		(216,67)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia		216,67
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
<b>Saldos no fim do exercício (regulatório)</b>	<b>2.947,77</b>	<b>3.347,15</b>

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

O lucro ou prejuízos acumulados, bem como as sobras/perdas a disposição da Assembleia referem-se a ajustes entre societário x regulatório no exercício de 2017.

#### 18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	(118,72)	63,79

<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(206,92)</b>	<b>(216,67)</b>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória		
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(206,92)	(216,67)
Anulação Não Operacional		
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
<b>Lucro (prejuízo) líquido regulatório</b>	<b>(325,64)</b>	<b>(152,87)</b>

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2017 e 2018, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

#### **19. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018**

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERES;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERES;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica; Em 2019 os efeitos deste decreto já trarão impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.
- d) etc.

## **20. Perdas Regulatórias e Realizadas**

No exercício de 2018 a CERES contabilizou 10,10% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). Durante o ano de 2019, a CERES continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

## **21. Formatação Básica das Notas Explicativas**

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 23/02/2019 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

MOISÉS ISMAEL MACIEL

Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES

Contador CRC – RJ094000/O-3



## PARECER DO CONSELHO FISCAL


### P A R E C E R

Conselho fiscal, em cumprimento ao que determina o Estatuto Social e a Legislação vigente buscou examinar as demonstrações financeiras referente ao exercício de 2018, compreendendo: balanços patrimoniais, demonstrações de resultado, demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, demonstração dos fluxos de caixa, relatório do conselho de administração e demais demonstrativos e notas relativas ao período.

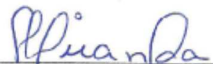
Acontece, que apesar de ter sido encaminhado ao conselho administrativo solicitações da documentação pertinente ao exercício financeiro de 2018, para que fosse realizada uma auditoria externa, tal solicitação não foi facultada ao expert que foi privado de tirar copia da documentação, o que inviabilizou a realização da auditoria e com isso da emissão de parecer.

Em função do exposto estando ausentes os meios necessários para que o Auditor Independente respaldasse seu parecer, nós do conselho fiscal opinamos pela reprovação das contas, pois não tem como afirmar que os documentos apresentados refletem corretamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

### CONSELHEIROS EFETIVOS

  
\_\_\_\_\_

ANÍSIO RODRIGUES DA COSTA

  
\_\_\_\_\_

VERA LUCIA MIRANDA ASSIS QUEIROZ

  
\_\_\_\_\_

VANDER LEITE GOMES

### CONSELHEIROS SUPLENTES

*Aginaldo T. C. Conceição*  
AGNALDO TIMOTEO DA CONCEIÇÃO

*Hermes Lima Klug*  
HERMES LIMA KLUG

*José Donizete de Oliveira*  
JOSÉ DONIZETE DE OLIVEIRA



Fis.

Processo: 0001656-85.2019.8.19.0045

## Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento Comum - Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico

Autor: VERA LUCIA MIRANDA ASSIS QUEIROZ  
Réu: CERES - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz  
Marvin Ramos Rodrigues Moreira

Em 22/02/2019

### Decisão

Trata-se de pedido formulado pela parte autora, na qualidade de membro do Conselho Fiscal da Cooperativa CERES, buscando que seja suspensa a assembléia designada para amanhã dia 23/02/2019, em que tem em um dos assuntos da pauta a deliberação sobre as contas do exercício 2018.

Argui não ter tido acesso aos documentos solicitados, eis que negado direito de cópia dos documentos para retirada da sede da empresa.

Manifestação da parte ré as fls. 62 e seguintes, aduzindo que não negou direito a autora de fiscalizar as contas da cooperativa, inclusive disponibilizando sala na sede da empresa para esse fim, apenas não permitindo a saída dos documentos, o que já teria sido informado há vários meses.

RELATEI, DECIDO.

O documento de fls. 72, datado de 10/01/2019, demonstra com clareza que há disponibilidade de todos os documentos para análise do conselho fiscal e seus contadores contratados estão disponíveis, na sede da empresa, inexistindo o alegado impedimento.

O documento de fls. 73, datado de 20/06/2018, narra a disponibilização de quaisquer documentos e eventual necessidade de esclarecimentos por parte do contador da empresa, negando apenas e tão somente a obtenção de cópias.

A questão de ter sido negada a obtenção de cópia de maneira genérica não obsta à apreciação das contas e demais documentos na sede da empresa, sempre informando a impossibilidade de retirada de documentos da sede da empresa, por conta do contido no Estatuto Social, inexistindo algum fato concreto que enseje a necessidade de saída de documentos da sede da empresa.

O que se deve garantir é a análise da documentação, para fins de elaboração de parecer do conselho fiscal, o que resta assegurado diante dos documentos acostados aos autos com a petição de fls.62.





Outros assuntos serão tratados na assembléia designada para amanhã, e não só a questão das contas do exercício de 2018, que eventualmente poderão não ser aprovadas.

Se a assembléia já foi designada há 30 dias, com informação de impossibilidade de retirada de documentos (há mais tempo), não havendo impossibilidade de exame destes na sede da empresa, inclusive com apoio do contador, resta demonstrado que não houve impedimento da atuação do conselho fiscal, não sendo adequado a suspensão da reunião.

Se a prestação de contas da ré está adequada ou não, será decidido por todos os seus associados na assembléia designada, e eventuais medidas judiciais podem ser tomadas contra as decisões da assembléia posteriormente.

Por todos esses fatos, e considerando que não houve impedimento da atuação do conselho fiscal que teve assegurado acesso a todo e qualquer documento necessário, apenas não lhe foi permitida a retirada de cópias para fora da empresa, INDEFIRO a medida de urgência pleiteada, mantendo a assembléia anteriormente designada para que sejam deliberados os assuntos previstos.

Intime-se.

Aguarde-se prazo de contestação, abrindo em réplica.

Resende, 22/02/2019.

**Marvin Ramos Rodrigues Moreira - Juiz Titular**

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marvin Ramos Rodrigues Moreira

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código de Autenticação: **4L5B.TK7H.U6WI.IY82**  
Este código pode ser verificado em: [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) – Serviços – Validação de documentos



**PARECER DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES  
(REGULATÓRIO)**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À

Diretoria e Cooperados da

**Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – “CERES”**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

### *Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias*

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Os controles analíticos do Capital Social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$

63.429,62, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do Capital Social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Consequentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre o saldo do Capital Social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Outros Assuntos**

### *Auditoria do período anterior*

As demonstrações financeiras regulatórias da CERES em 31 de dezembro de 2017, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 26 de março de 2018.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

*Campinas, 04 de fevereiro de 2019.*



**AUDITORES INDEPENDENTES.**  
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

**GUILHERME PEREIRA MENDES**  
Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" RJ